

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

NATHÁLIA DOS SANTOS OGAWA

Progresso e Genocídio: o discurso de pacificação dos Kaingang nos jornais *O Baurú* e *O Estado De São Paulo* (1911 a 1916)

BAURU

2022

NATHÁLIA DOS SANTOS OGAWA

Progresso e Genocídio: o discurso de pacificação dos Kaingang nos jornais *O Baurú* e *O Estado De São Paulo* (1911 a 1916)

Monografia de Iniciação Científica
Voluntária, apresentada à Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-
graduação do Centro Universitário
Sagrado Coração, curso de História,
sob orientação do Prof. Dr. Roger
Marcelo Martins Gomes

BAURU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

O34p

Ogawa, Nathália Dos Santos

Progresso e Genocídio: o discurso de pacificação dos Kaingang nos jornais O Baurú e O Estado De São Paulo (1911 a 1916) / Nathália Dos Santos Ogawa. -- 2022.
60f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Roger Marcelo Martins Gomes

Monografia (Iniciação Científica em História) - Centro
Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Progresso . 2. Pacificação . 3. Kaingang. 4. O Estado de São Paulo. 5. O Baurú. I. Gomes, Roger Marcelo Martins. II. Título.

Dedico esta pesquisa aos valorosos Kaingang, e a todos os povos indígenas brasileiros, tão injustiçados desde a colonização até os dias de hoje, e que merecem e lhes é devida a reparação histórica e o lugar de protagonismo.

Agradecimentos

À minha família, meu companheiro tão querido, Rodrigo, que cuidou de todos os contratempos em nosso lar, além de todo amor e incentivo para que eu seguisse estudando e pesquisando.

A meus pais e irmão, que me auxiliaram, dentro de suas possibilidades, para que eu não necessitasse enfrentar dificuldades. Às palavras de carinho e incentivo de minha mãe, que me deram tanta força e calor.

Ao meu orientador, Roger Gomes, sua paciência com meu tempo corrido e os apontamentos precisos.

Ao professor Edson Fernandes, tão prestativo em compartilhar indicações e seu material e ser uma grande inspiração.

À todas minhas professoras, professores, colegas de turma e da vida, que foram pacientes e tolerantes durante este processo, que me tirou noites de sono, mas que me trouxe tanto orgulho.

Aos meus gatos, Meg e Momô, sempre tão carinhosos ao meu lado, enquanto eu escrevia, me proporcionando calma e tranquilidade.

Por fim, aos Encantados, aos Guias e Orixás, que em meus sonhos e na energia sentida me encheram de força e persistência, fazendo transbordar minha fé e me lembrando da minha capacidade.

RESUMO

No início do século XX, em plena expansão do café no interior do estado de São Paulo, houve a necessidade da abertura de matas para a chegada das ferrovias, o que trouxe intensos conflitos entre os Kaingang, de um lado, e “civilizados” do outro. Em 1910, o governo federal, através da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), iniciou medidas para uma possível “pacificação” dos indígenas Kaingang, que se concretizou em 1912 e foi noticiada através de periódicos. Sob este contexto, o projeto teve como objetivo geral analisar o discurso de pacificação dos Kaingang do oeste paulista nos periódicos *O Estado de São Paulo* (1911 a 1916) e *O Bauru* (1911 a 1912), utilizando para isso coleta de dados do periódico *O Bauru* no acervo do Núcleo de Pesquisa e História do UNISAGRADO "Gabriel Ruiz Pelegrina", e coleta de dados do periódico *O Estado de São Paulo* por meio de seu acervo eletrônico Acervo Estadão¹, além de análise e levantamento bibliográfico de autores que investigaram a questão Kaingang do centro oeste paulista. Assunto este de abundante importância, os resultados apontam que a população Kaingang foi aos poucos retirada de suas terras e incentivada a viver nos moldes da cultura e do mundo do trabalho do homem branco, e que após a pacificação, sofreu redução populacional considerável, restando em cerca de 4 anos poucas centenas de descendentes.

Palavras-chave: Progresso; Pacificação; Kaingang; *O Estado de São Paulo*; *O Bauru*.

ABSTRACT

In the beginning of the 20th century, at the height of the expansion of coffee plantations in the interior of the state of São Paulo, there was a need to open up the forests for the arrival of railroads, which brought intense conflicts between the Kaingang, on the one hand, and "civilized" people on the other. In 1910, the federal government, through the creation of the Service of Protection to Indians and Location of National Workers

¹ <https://acervo.estadao.com.br/>

(SPILTN), initiated measures for a possible "pacification" of the Kaingang Indians, which materialized in 1912 and was reported through periodicals. In this context, the project had as its general objective to analyze the discourse of pacification of the Kaingang of western São Paulo in the periodicals *O Estado de São Paulo* (1911 to 1916) and *O Bauru* (1911 to 1912), using for this purpose data collection from the periodical *O Bauru* in the archive of the Núcleo de Pesquisa e História of the UNISAGRADO "Gabriel Ruiz Pelegrina", and data collection from the periodical *O Estado de São Paulo* through its electronic collection Acervo Estadão, in addition to analysis and bibliographic survey of authors who have investigated the Kaingang issue in the center west of São Paulo. The results show that the Kaingang population was gradually removed from their land and encouraged to live according to the culture and work patterns of the white man, and that after pacification they suffered a considerable reduction in population, leaving a few hundred descendants in about 4 years.

Keywords: Progress; Pacification; Kaingang; *O Estado de São Paulo*; *O Baurú*.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1.0 - Introdução da pesquisa..... | 9 |
| 1.1 – Pacificação | 12 |
| 1.2 – Genocídio..... | 14 |
| 1.3 - Objetivos | 16 |
| 1.4 - Objetivo Geral..... | 16 |
| 1.5 - Objetivo Específico..... | 16 |
| 1.6 - Revisão da Literatura..... | 17 |
| 2.0 - Materiais e Métodos | 24 |
| 3.0 - Resultados | 25 |
| 3.1 – O progresso e pacificação Kaingang em <i>O Baurú</i> | 27 |
| 3.2 – O progresso e pacificação Kaingang em <i>O Estado de S. Paulo</i> | 34 |
| 4.0 – Discussão dos resultados..... | 39 |
| 4.1 – O progresso e o genocídio Kaingang em <i>O Baurú</i> | 42 |
| 4.2 – O progresso e o genocídio Kaingang em <i>O Estado de S. Paulo</i> | 43 |
| 5.0 – Considerações Finais | 43 |
| FONTES | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |
| ANEXO: | 50 |

1.0 - Introdução da pesquisa

No início do século XX, teve início a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, sendo seu ponto de partida a cidade de Bauru, interior de São Paulo, fazendo ligação com diversas cidades até o Estado do Mato Grosso e, posteriormente, até a divisa com a Bolívia. Iniciando operação em 1906 e transportando o principal produto comercial à época, o café, a ferrovia representava um marco de industrialização no país, sendo sinônimo de desbravamento, exploração de território e proteção de fronteiras (BORELLI, 1984).

A região central do interior paulista já havia sido tomada anteriormente, através de bugreiros e bandeirantes, episódio que também foi marcado por muitas mortes das populações indígenas (MONTEIRO, 2008, p. 31-33). No final do século XIX já havia plantações e fazendas instaladas na região da atual Bauru e localidades vizinhas, porém, existiam poucas cidades regulamentadas como Bauru, que só foi institucionalizada como cidade em 1896. Em toda essa área mais central do interior paulista houve massacres contra as populações indígenas, acrescidos de muitas violências.

A região mais central do interior do Estado de São Paulo era conhecida e explorada pelos colonizadores e capitalistas. Em contrapartida, o oeste do Estado mais precisamente, entre os rios São José dos Dourados, Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio (BORELLI, 1984, p. XX) era um local sem exploração e pouco conhecido, mas que se mostrou uma área de muito interesse para os capitalistas cafeicultores e para o Estado.

Seria exatamente sobre o solo daquela região, conhecida como “sertão desconhecido” (SCHADEN, 1954, p. 399), de mata fechada e abraçada por rios, que o ferro da ferrovia seria solidificado e a tecnologia rasgaria mata adentro, a fim de prosseguir com a ideia de exploração do interior do país e de transporte do café (BORELLI, 1983, p. 51). Aquele local era estratégico e muito próximo da divisa com o, até então, estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. Junto ao início da construção da Noroeste, foi iniciada uma nova onda de assassinatos:

“A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo pelo divisor das águas do Feio e Tieté, constituiu uma nova fonte de hostilidades [...]” (BARBOSA, 1913, p. 14).

O local descrito acima já possuía populações originárias², estas denominadas “Kaingang”, ou “Coroados”, população indígena ligada à natureza desde sua crença até sua estrutura social, não existindo parâmetros para separar suas relações culturais e a natureza (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2011, p. 3). Os Kaingang eram conhecidos como “coroados”, devido ao estilo de cabelo que utilizavam, tendo a parte da frente mais curta. Estima-se que, à época, existiam cerca de 1200 indígenas Kaingang nesta região (BORELLI, 1984, p. 81).

Sendo a região de Bauru fortemente habitada pelos Kaingang, e necessitando os capitalistas do café e da ferrovia abrir terras para seus empreendimentos, surgiram grandes problemas que contrastavam de um lado os Kaingang defendendo seu território e de outro trabalhadores da ferrovia e oficiais do estado que investiam contra eles na tentativa de levar à frente os projetos de progresso e industrialização. A burguesia cafeeira, com a finalidade de se livrar destes problemas, iniciou uma série de ações agressivas contra a população Kaingang. Havia caçadas a esta população, chacinas deliberadas e uma crueldade de alta incidência (BORELLI, 1984, p. 70 e 71). Muitas dessas mortes foram através de bugreiros contratados pela Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (BORELLI, 1984, p. 70). Aos ataques, os Kaingang se defendiam como podiam, com assaltos às linhas férreas, cortes de fios de telégrafos e, em números grandemente inferiores, retirando a vida de alguns dos trabalhadores da construção da ferrovia (FERNANDES, 2018, p. 10). O genocídio contra os Kaingang se tornou quase natural, como um meio de vencer a resistência e força deles (BORELLI, 1984, p. 74).

A carnificina ficou conhecida internacionalmente, foi denunciada no Congresso de Viena, entre os anos de 1909 e 1910. Além desta pressão internacional, havia a própria resistência dos Kaingang e a insatisfação de uma parte da sociedade brasileira sobre o desumano processo de extermínio (BORELLI, 1984, p. 75). Sob pressões, os governantes da época passaram a planejar como conseguiriam a região de interesse sem continuar aniquilando a população Kaingang. Ressalta-se que este triste episódio é considerado como uma das bases para a criação de medidas indigenistas no país (BORELLI, 1984, p. 75).

² De acordo com o Dicionário Michaelis Online, o termo “originário” significa: 1. Adj. Que tem a sua origem em; oriundo; 2. FIG. Vinculado às origens, que não se alterou. Atualmente, a expressão “povos originários” é utilizada para se referir aos descendentes dos primeiros povos de um território, no Brasil, os povos indígenas.

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), com o intuito de pacificação e delimitação de áreas indígenas, para alocá-los e, assim, conseguir uma possível mão de obra nas fazendas de café (FERNANDES, 2018, p. 13), prosseguindo o “plano de desenvolvimento”. Através do SPIILTN iniciou-se o processo de pacificação dos Kaingang, que buscou não somente o contato amistoso com os indígenas, mas que pouco a pouco introduziu seu modo de vida “civilizado”, o que com o decorrer dos anos, influenciou a cultura e no decréscimo populacional Kaingang. O SPIILTN utilizou várias táticas para conseguir cumprir seu objetivo de aldeamento indígena. Utilizaram outros Kaingang do norte do Paraná, sendo estes já ambientados aos costumes dos colonizadores e alguns ainda escravizados (FERNANDES, 2018, p. 13), para chamar a atenção da população Kaingang paulista e realizar a pacificação. Também foram construídos acampamentos e um mirante para acompanhar toda a movimentação dos indígenas pelas matas e para aguardar a possível aproximação ao redor da estação Hector Legru³. A aproximação definitiva dos Kaingang aconteceu no dia 19 de março de 1912 (SCHADEN, p. 400), marcando o início do processo de pacificação a partir do primeiro contato: “esses homens foram logo vestidos e acumulados de presentes e mimos” (BARBOSA, 1913, p. 23). Isto demonstra a ideia de retirar dos indígenas uma cultura que não se adequava ao mundo dos homens “civilizados” e da qual seriam inseridos não só no processo de mudança cultural, mas também religioso, de relações de trabalho e posteriormente deslocados de seu território.

Três conceitos são importantes aqui, um deles, “pacificar”, que remete a trazer a paz, o conceito de “progresso” que remete a avanço, desenvolvimento ou expansão, e “genocídio”, criado a partir da Assembleia Geral das Nações Unidas em sua resolução 96 de 11 de dezembro de 1946, sob influência do advogado judeu polonês Raphael Lemkin que, em 1944, buscou uma palavra que simbolizasse as ações destrutivas e mortais praticadas pelos nazistas aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Foi criada, então, a palavra genocídio para simbolizar ações coordenadas sob diversas formas para aniquilar, no todo ou em parte, aspectos fundamentais da vida de um povo, sendo considerada pela ONU como crime de caráter internacional.

³ De acordo com o Museu Digital Memorial dos Municípios, a Estação Hector Legru foi aberta no quilômetro 178 da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em meados de 1908 onde atualmente fica a cidade de Promissão-SP. Hector Legru foi um banqueiro francês que financiou parte da construção da NOB, mas nunca esteve no Brasil.

Embora “genocídio” tenha sido reconhecido somente em 1948 como crime internacional, é possível comparar o que ocorreu com os Kaingang em relação ao assassinato de seu povo e imposição do abandono de sua cultura com as diversas ações que o termo abrange. Para não incorrer em anacronismo, não se pode afirmar que o que ocorreu no início do século XX já constituía crime internacional, mas que é nítido para a sociedade branca brasileira desde aquele tempo até os dias de hoje que subtrair vidas é assassinato, e que este se fez amparado pelo discurso da necessidade do progresso num período em que as leis eram diferentes e não amparavam povos diversos. Ainda mais nítida para os povos indígenas, e nesta pesquisa em especial para os descendentes Kaingang, o assassinio de seus antepassados não lhes trouxe o progresso que perseguia o homem “civilizado”, e arrancou de suas mãos as terras e a identidade dos seus, se constituindo numa memória de violências defendidas pelos brancos que se diziam civilizados.

A relevância desta pesquisa se dá a partir do estudo das representações dos periódicos sobre a história local e de como ela se construiu sendo fortalecida pelas falas veiculadas nestes espaços. A representação dos indígenas nos periódicos e todo o imaginário que se criou a partir daí deu sustentação a discursos sobre a agressividade Kaingang, resultando em impactos sobre sua cultura e população que se veem até os dias de hoje. Observar as representações dos periódicos aqui investigados contribui para compreensão não só de alguns elementos e atores do imaginário da época, mas também de interesses econômicos e políticos que estavam em jogo, refletindo em muitas disputas em torno da questão indígena e do que hoje conhecemos como dos direitos indígenas, sendo os periódicos até os dias atuais parte construtora de imaginários e representações.

1.1 – Pacificação

Antes de mais nada, é essencial discutir acerca de “pacificação” e “genocídio”, conceitos que são fundamentais para se compreender todo o desenrolar dos processos pesquisados. Sua contextualização é fundamental para se compreender a profundidade do que ocorreu com os Kaingang e seu extermínio.

Por pacificar, lê-se a partir do Dicionário Michaelis Online, “Restituir a paz; voltar à paz; apaziguar(-se), tranquilizar(-se)”. A partir disso, voltemos no tempo entre 1911 e 1916, período aqui analisado. É sabido que a região de Bauru passava por um

processo de intenso conflito entre os povos originários Kaingang e os trabalhadores da estrada de ferro, e que tais conflitos eram repercutidos através das linhas dos periódicos de viés republicano *O Bauru* e *O Estado de São Paulo*. O que estava em jogo, para homens “civilizados”, era não somente a construção da estrada de ferro para o desenrolar comercial e do que chamavam de progresso, mas também o interesse de empresários, grileiros, fazendeiros e do próprio Estado em se estabelecer nas terras indígenas para fazer perseverar seu plano de desenvolvimento. Sob este contexto, além das denúncias de matanças a indígenas realizadas no Congresso de Viena de 1908, é criada a SPILTIN, órgão a serviço do Estado com a missão de pacificar os indígenas de forma que estes não se mostrassem avessos às incursões do invasor em suas terras.

Se pacificar denota restituir a paz ou tranquilizar, e se o território indígena foi invadido pelo homem “civilizado” que nele se instalou, a grande questão que se deve fazer é quem ficou em paz?

Conforme relata Bandeira de Mello (1982, p. 20) sobre as incursões de seu pai, o Capitão Bandeira, na primeira década de 1900, a criação da SPILTIN surgiu com o interesse de pacificar, de civilizar e num momento de ânimos exaltados a partir das discussões sobre extermínio indígena ou sua catequese:

Nesse seu direito incontestável de conservarem a posse das terras que ocupavam, os Kaingangue criavam terríveis dificuldades para a nossa chamada civilização. Daí, haver surgido, na época uma polêmica apaixonante: alguns opinavam pelo extermínio organizado aos “bugres” – os “bugreiros”; outros, mais humanos e justos, optavam pela catequese pacífica.

No trecho acima, é possível observar a visão do indígena como alguém que defende suas terras, mas representa dificuldades ao modelo de progresso do homem “civilizado”. A imagem que se constrói do Kaingang a partir das narrativas dos trabalhadores das ferrovias e dos periódicos é a do indígena como agressivo e selvagem e que necessita ser exterminado ou pacificado.

As missões empreendidas pela SPILTIN objetivavam estabelecer relações amistosas com os Kaingang, de maneira que suas terras pudessem ser integradas ao projeto civilizacional de estradas de ferro, lavouras e abertura de cidades, ao passo que aos Kaingang, caberia se adequar aos moldes de vida dos “civilizados” e fazer parte de uma identidade nacional em que seriam úteis para o trabalho na continuidade dos projetos de progresso.

A pacificação de que se trata este episódio responde aos anseios das políticas estatais em tornar o indígena elemento de trabalho integrado a cultura nacional “civilizada”, onde aos poucos, seus modos de vida tradicionais seriam substituídos e o Kaingang reconheceria a necessidade de fazer parte desse novo mundo.

1.2 – Genocídio

Os resultados apontam que muito foi subtraído dos Kaingang do oeste paulista entre os séculos XIX e XX, e que os conflitos motivados por interesse em suas terras para o desenvolvimento das ferrovias e das cidades foi responsável, junto às ações da SPILT, por seu quase extermínio não somente em questão de vidas, perdidas por assassinato ou doença, mas também de cultura e dos elementos que os caracterizavam enquanto indígenas. Tais elementos surrupiados, bem como a imposição dos modos de vida “civilizados”, mesmo que através de um órgão de pacificação, constituem o que só foi considerado genocídio na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1946, sendo reconhecido em 1948. No entanto, é necessário contextualizar o termo “genocídio” e situa-lo no tempo, ao passo em que se faz necessária a análise de suas especificidades para demonstrar que as mortes dos Kaingang podem se encaixar nestes termos.

O termo “genocídio” ainda é recente, mas outros foram utilizados para designar formas de extermínio contra grupos ou povos, como define Campos (2008, p. 92): “Anteriormente havia o vocábulo russo *progrom*, que designava os movimentos populares acompanhados de pilhagens e assassinatos, com cumplicidade ou omissão das autoridades públicas.” Sobre “*progrom*”, o autor ainda complementa: “O idioma iídiche se utilizou do termo para designar principalmente movimentos dirigidos contra judeus no período de 1881 a 1921, predominantemente ocorridos na Ucrânia.” (CAMPOS, 2008, p. 92).

Assim como havia o reconhecimento de formas de massacre contra grupos específicos, e no exemplo acima Campos traz contra os judeus da Ucrânia, outros massacres ocorridos antes da Assembleia da ONU de 1946 são também cometidos a partir da tentativa de dominação de um povo sobre outro, da visão do “dominado” como selvagem, bárbaro, pagão, o que justificava sua escravização e extermínio (FREIRE e OLIVEIRA, 2006, p. 28-29). Entre esses massacres, contra o povo Armênio nas duas primeiras décadas do século XX, com cerca de 600 mil a 1,5 milhão de

mortos (ALMEIDA, 2013, p. 67), a colonização belga na África Central entre o século XIX-XX, que inclusive foi responsável pela diminuição da população do Congo pela metade (MILANI, 2011, p. 172), os massacres contra os indígenas do período colonial nas Américas desde o século XVI se estendendo até as missões de pacificação e catequização no século XIX.

De acordo com Palmquist (2018, p. 31):

O crime de genocídio é reconhecido no Brasil desde 1956, pela Lei 2.889 que preconiza, em seu artigo 1º:

Art. 1º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo; (Brasil 1956)

A matança empreendida contra os Kaingang, assim como seu quase extermínio vai de encontro as características que constituem genocídio na lei brasileira. O reconhecimento de genocídio como crime, no Brasil, no entanto, por ser de 1956, esbarra em diversas questões que impedem julgar a matança que ocorreu no passado, cerca de 50 anos antes. Ainda assim, sua tipificação como crime permite, assim como ocorre no Direito Internacional, que crimes como esse não voltem a acontecer.

No entanto, as políticas indigenistas do SPILT e seu objetivo de pacificação serviram a um modelo que privilegiava a dita “civilização”, ao passo que pouco a pouco, os Kaingang eram destituídos de sua identidade, conforme Palmquist (2018, p. 69 Apud Santos, 2017, p. 109):

Tornar o índio sedentário era meta prioritária para a utilização de sua força de trabalho em prol do desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que o estado estaria desonerado de assistência, pois de curto a médio prazo não haveria mais índios, mas sim caboclos completamente integrados. Quanto aos índios nômades – aqueles em estado primitivo ou que estavam em vias de contato – a ideia era desenvolver um regime de atração, mediante a utilização de “meios brandos”, em um processo que permitisse atingir o objetivo da integração, sem se saber ao certo o significado e a extensão dessa expressão, “meios brandos”, cuja compreensão exige um juízo de valor.

Levantar as ações de genocídio indígena no Brasil no decorrer do tempo requer extremo cuidado e análise, pois que a legislação nacional e internacional sobre o conceito surgiu tardiamente. No entanto, é possível observar que houve um plano de poder e dominação, por parte do Estado e de particulares, que possibilitou às custas do massacre Kaingang, o desenvolvimento das cidades nos moldes dos “civilizados”.

Visualizado o conceito de “genocídio” como crime internacional a partir da década de 40, ainda assim é possível reconhecer o processo pelo qual ocorreram as mudanças que ocasionaram o conflito e o quase extermínio Kaingang, mas sob um olhar histórico, conforme Pantoja (2021, p. 4 Apud MOREIRA, 2020, p. 396):

Para não se correr o risco de parecer anacrônico o uso da categoria genocídio, demonstra-se adequada a noção partilhada pela historiadora Vânia Maria Losada Moreira. Ao fazer uma abordagem do “genocídio como categoria de análise histórica”, a autora destaca o “ponto de vista da longa duração” admitido por estudiosos contemporâneos a Raphael Lemkin, fundador do conceito em discussão, como Donald Bloxham e A. Dirk Moses, que “frisam ser o genocídio muito mais um processo do que eventos ou fatos pontuais e isolados, cabendo a historiografia o papel fundamental de discutir as temporalidades [...] de tais processos.

Embora não seja possível ao historiador utilizar o termo levando-se em conta somente os conflitos diretos com os Kaingang durante a construção da estrada de ferro, é possível analisar o desenrolar dos acontecimentos desde meados de 1850 até as mudanças sociais e políticas que culminaram nas políticas de Estado com o SPILTIN e nas diferentes representações dos periódicos que trouxeram consequências para os Kaingang em todas suas esferas.

1.3 - Objetivos

1.4 - Objetivo Geral

Analisar como o discurso de “pacificação” da população Kaingang do oeste paulista foi representado pelo jornal *O Estado de São Paulo* entre 1911 e 1916 e pelo *O Baurú* entre os anos de 1911 e 1912.

1.5 - Objetivo Específico

1. Apresentar parte da historiografia sobre os Kaingang do oeste paulista, ressaltando ao seu decréscimo no início do século XX;
2. Identificar as representações feitas pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Bauru* sobre os Kaingang na região de Bauru no início do século XX
3. Relacionar o discurso de pacificação e o genocídio da população Kaingang nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Bauru* sobre os Kaingang na região de Bauru no início do século XX, especificamente no ano de 1912.

1.6 - Revisão da Literatura

Nas últimas décadas, tem-se buscado uma investigação da história a partir de fontes diversas e não mais somente através de documentos oficiais. A historicidade é plural, e bem investigada traz levantamentos de sujeitos das mais variadas esferas que constituíram contextos. Os discursos e registros históricos investigados aqui partem de periódicos e literatura sob a frente de acadêmicos e pesquisadores. Embora seja mais do que necessária a busca por fontes não oficiais a fim de se obter o máximo de narrativas principalmente daqueles mais marginalizados, é nítida a dificuldade em localizar registros da história sobre os Kaingang do estado de São Paulo que não estejam hoje em museus e centros de pesquisa e documentação, ainda mais sob um período em que seu povo sofria a invasão de homens brancos em seu território e pouco a pouco, lhes impunha seu modo de vida.

Diversos nomes foram importantes nesta investigação, como os membros da SPILT, aqueles a serviço da pacificação, estudiosos em expedição e autores contemporâneos que investigam o período.

A investigação realizada levantou aspectos da chegada dos homens brancos a região de Bauru por volta dos anos de 1850, invadindo o território dos Kaingang, Guarani e Oti, e logo em seguida lhes suprimindo essas terras para a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o que alavancaria o desenvolvimento do comércio a partir dos lotes destinados a monocultura do café. Homens de regiões diversas do país e sob circunstâncias bastante específicas mudaram-se para esta região abrindo trilhos, construindo cidades, fugindo da Guerra do Paraguai e da justiça e até mesmo se aventurando e grilando terras. Ainda mais do que trazer alguns aspectos sobre a invasão dos brancos a esses territórios indígenas, buscou-se evidenciar, a partir do desenvolvimento das cidades e com alguns dos primeiros

periódicos, o discurso contido nos ideais de progresso do homem branco a partir da pacificação dos Kaingang nas publicações dos periódicos, tendo em vista a relevância científica, histórica e política da investigação do contexto aqui especificado entre os anos de 1911 a 1916, trazendo à tona não somente os discursos empreendidos pelos meios impressos como justificativa para a tomada das terras, como também o levantamento cuidadoso a partir de análise bibliográfica sobre o território dos povos originários Kaingang, aspectos de sua cultura e registros sobre a defesa de suas terras e sua gente frente a ameaça representada pelos homens brancos.

Utilizando os arquivos de dois periódicos, sendo *O Estado de São Paulo* entre 1911 e 1916 e *O Baurú*, entre 1911 e 1912, juntamente a análise bibliográfica sobre os Kaingang de figuras envolvidas no órgão governamental da SPILTN, buscou-se analisar o papel desempenhado pelo governo do Estado de São Paulo e dos jornais escolhidos quanto ao discurso de pacificação dos povos originários Kaingang da região de Bauru como justificativa para o desenvolvimento da ferrovia, da urbanização e do desenvolvimento da cafeicultura, levando em conta os impactos que essa pacificação trouxe aos Kaingang.

Destacando-se entre os brancos, havia toda uma diversidade de ocupações e origens como trabalhadores do campo, mineiros, bugreiros para a “caça” e extermínio de indígenas, grileiros para falsificar documentos e conseguir posse de terras, fugitivos da Guerra do Paraguai, fugitivos da justiça, aventureiros e posteriormente trabalhadores das ferrovias.

A respeito da chegada dos homens brancos para a tomada de terras dos Kaingang para construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, escreve Bandeira de Mello (1982, p. 20):

Travava-se, em busca de tal objetivo, luta tremendamente agressiva e, por vezes, feroz. De um lado, os trabalhadores da “Estrada”, protegidos por “grileiros” e “bugreiros”, todos aventureiros sem escrúpulos, dispostos a liquidar com a resistência que os “Kaingangue” ou “Coroados” – senhores há milênios, daquela vasta região – legitimamente ofereciam. Esses silvícolas constituíam grande tribo ainda em estado primitivo no Estado de São Paulo. Nesse seu direito incontestável de conservarem a posse das terras que ocupavam, os Kaingangue criavam terríveis dificuldades para a nossa chamada civilização. Daí, haver surgido, na época uma polêmica apaixonante: alguns opinavam pelo extermínio organizado aos “bugres” – os “bugreiros”; - outros, mais humanos e justos, optavam pela catequese pacífica.

Apesar de publicada em 1982, cabe ressaltar que a citação de Darcy Siciliano Bandeira de Mello é referente ao período de 1914, quando ainda em sua infância, acompanhou o processo em que seu pai, Manuel Silvino Bandeira de Mello atuou como colaborador da Comissão chefiada por São Paulo a serviço da SPILTN para pacificação dos Kaingang. A princípio a Entidade fora administrada pelos militares, sendo transferida para a esfera civil em 1911, em São Paulo passando a ser administrada pelo Inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa. O período referenciado é caracterizado por diversas correntes ideológicas que contrastam de um lado a pacificação indígena por órgãos governamentais, de outro a pacificação por meio da catequese sob responsabilidade da igreja e ainda uma corrente muito ligada ao discurso de avanço das ferrovias e de abertura de picadões para o desenvolvimento da cafeicultura a qualquer custo, que defende o extermínio indígena sob o pretexto de que estes eram desprovidos de civilidade e assassinavam os trabalhadores das ferrovias de forma cruel, sendo para isto necessárias as expedições de bugreiros (homens que caçavam e capturavam ou exterminavam indígenas, os “bugres”). O imaginário do período é constituído do ideal de uma civilidade branca, de um desenvolvimento que despreza e não compreende o indígena como alguém que defendia suas terras, mas que deveria aceitar a chegada do homem branco e se submeter a ele.

É importante salientar que a chegada de homens brancos ao território hoje conhecido por Bauru, bem como da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil corresponde a um processo que levou dezenas de anos, indo desde meados de 1850, com a conquista das primeiras terras, até 1905, quando da criação da estrada de ferro.

A violência durante as empreitadas era tamanha, e por diversas vezes relatada em cartas e periódicos, fazendo chegar ao conhecimento de autoridades inclusive internacionais. Frente a isso, duas correntes de opinião abordavam a questão indígena, uma defendendo sua catequização como forma de pacificação e outra afirmando a necessidade de seu extermínio. Neste contexto, já entre os anos de 1907 e 1908 chega a conhecimento da Europa como o Brasil tratava seus povos originários a partir do artigo publicado para a Revista do Museu Paulista pelo naturalista e diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering (1907, p. 215):

Os actuaes Índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brazil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos Índios civilizados e como os

Caingaug's selvagens são um impecilio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não ha outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.

Hermann von Ihering, naturalista alemão que dirigiu o Museu Paulista entre 1894 e 1916, lançou diversas publicações na Revista do Museu Paulista, entre elas a polêmica declaração acima, que encontrou eco em correntes formadas por fazendeiros, cafeicultores e defensores do progresso e de uma civilização forjada nos moldes ocidentais. Ihering ainda buscou se justificar em publicação posterior, porém, suas declarações fomentaram debates sobre a necessidade da proteção dos indígenas pelo Estado em correntes ideológicas contrários. Ainda em meados de 1907 e 1908 surgiram outras declarações também polêmicas e sob diferentes correntes, como veremos adiante em Moura e Fric.

Além do artigo de Ihering, declarações protagonizadas por Inácio Batista de Moura (1908), um delegado do Pará, no XVI Congresso Internacional de Americanistas, que se reuniu em Viena em 08 de setembro de 1908, gerou intenso mal-estar entre a comunidade científica, conforme citado cerca de 50 anos depois por Stauffer (1959, p. 167):

Somos os herdeiros dessas antigas tribos guerreiras, grande número das quais se deixou domar pela civilização; as restantes, reduzidas à condição de populações errantes, vão desaparecendo á pouco e pouco, sem que até hoje alguém tenha chegado a conhecer perfeitamente o - mistério da sua existência e do seu número.

Conforme citado por Stauffer, Batista de Moura não afirma categoricamente o desaparecimento dos indígenas brasileiros, mas traz o argumento da naturalidade com que pouco a pouco esses indígenas se integravam a civilização branca ou se desvinculavam de seus povos, culminando em seu desaparecimento e desaparecimento de suas origens, sem, no entanto, especificar de que forma se dava esse desaparecimento e quais as causas para tal. Uma semana depois, o estudioso dos assuntos indígenas no Brasil Meridional, Alberto Vojtech Fric (1908) se manifestou também para o Congresso sobre a real situação dos povos originários do Brasil, e em específico aqueles da região Sul, durante a colonização dos alemães em Santa Catarina, conforme cita Stauffer (1959, p. 167):

[...] levantou-se para acusar tanto os colonizadores brasileiros, como os europeus, do extermínio deliberado das restantes tribos selvagens no Brasil.

F'ric começou a sua exposição dramática com a declaração crua que a busca de escravos, rapto, assassinato e a introdução de doenças contagiosas mortais, tal como a varíola, nas aldeias dos índios, estavam agora completando a aniquilação da população nativa. Tal brutalidade — acentuou Fric — não estava confinada a regiões isoladas das florestas de borracha amazônicas, mas era comumente praticada no meio das florescentes colônias européias dos Estados meridionais.

O trecho acima e o citado a seguir fazem referência a colonização europeia que acontecia no Brasil principalmente nas regiões do sul, em que prevaleciam os imigrantes alemães. As declarações de Fric denunciavam não somente sob que contexto acontecia essa colonização, mas o impacto negativo e letal que causava nos indígenas por serem caçados, assassinados e desterritorializados. Sua denúncia buscava atingir não somente a comunidade científica e política brasileira, mas também a internacional, que ciente dos acontecimentos, se abstinha de propor soluções. Suas denúncias, no entanto, incomodaram a comunidade europeia.

Ainda segundo Fric (1908), citado por Stauffer (1959, p. 167):

[...] A situação no Sul — continuou — era a seguinte: alguns ricos homens de negócios tinham comprado grandes glebas em áreas onde a resistência nativa tinha contrariado uma colonização extensa de imigrantes europeus. Estas terras, quase sem valor quando compradas pelos especuladores, foram vendidas em lotes com um lucro de mil e quinhentos por cento, tão logo foram limpas de índios hostis. Embora o orador não tivesse, de fato, descrito a maneira pela qual os bugreiros executavam sua missão sangrenta, êle hábilmente apelou para a imaginação dos congressistas com a declaração bastante sugestiva de que se absteria de lhes contar o que ouviu dos matadores dos índios dizer sôbre "tortura e assassinio de mulheres e crianças.

Fric esteve em diversas expedições no Brasil, passando pelo norte, centro oeste paulista e pelo sul, tendo contato com diversas etnias indígenas e denunciando na Europa o contexto em que ocorria o desenvolvimento industrial brasileiro a partir da desterritorialização e assassinato indígena de homens, mulheres e crianças.

Com as correntes acaloradas e polêmicas sobre a questão indígena no Brasil e os discursos sobre progresso, as declarações de Ihering e Fric trouxeram novos debates, apesar das tentativas de abafamento, o que posteriormente em junho 1910 no Brasil, culminou na criação por parte do Governo Federal do *Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes* (SPILTAN). Regulamentado pelo Decreto nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911, o SPILTAN ficou a cargo do Ministério da Agricultura, sob a responsabilidade de Rodolpho de Miranda, sendo o Exército enviado numa Comissão de São Paulo para o "sertão" da Noroeste com a finalidade

de pacificar os Kaingang. A SPILTN constituía algo completamente novo, pois rompia com a tradição religiosa católica de pacificar os indígenas, sendo esta, uma nova política de estado.

Conforme relata Bandeira de Mello (1982, p. 22), a Administração da Entidade, após passar para esfera civil em São Paulo, passou a ser exercida pelo Inspetor Luiz Bueno Horta Barbosa, com a chefia assumida por Manuel Sylvino Bandeira de Mello.

Foi ali, nas margens do saudoso e histórico Ribeirão dos Patos que, finalmente, o então apelidado Capitão Bandeira conseguiu a grande felicidade de abraçar como amigo, na histórica data de 19 de março de 1912, o primeiro Chefe Guerreiro Kaingangue, Vauvin, que foi enleado no Pavilhão Nacional pelo homem branco, "Fog", do qual se tornou amigo devotado e confiante. (BANDEIRA DE MELLO, 1982, p. 22)

Borelli, já nos anos 80, apresenta de que forma as expedições da SPILTN conseguiram contato com os Kaingang de maneira a evitar confrontos e qual o impacto da pacificação na população indígena. A partir de indígenas Kaingang capturados do sul, a SPILTN fez uso de seu conhecimento da língua e cultura para tentar estabelecer contato com os Kaingang locais. Foi principalmente através da indígena Vanuíre que conseguiram chamar atenção para demonstrar que estavam em missão de paz. Borelli (1984) levanta os esforços, sensibilidade e percepção de Vanuire, que alocada no mirante, falava em sua língua indicando para todos os que estivessem nas localidades que os homens brancos eram bons e não fariam mal, portanto poderiam se aproximar. Outros indígenas do sul também foram utilizados pela SPILTN para estabelecer contatos e entregar presentes, entre eles um muito citado em diversas literaturas, o intérprete Vegmon^{4 5}.

O processo de "pacificação" dos Kaingang não foi imediato, sua população era estimada em cerca de 1.200 pessoas antes disso, sendo reduzida num processo muito rápido devido as violências praticadas com o avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Levando cerca de um ano da montagem do acampamento do SPILTN na

⁴ Vegmon é referenciado na obra de Bandeira de Mello (1982, p. 24) como um dos intérpretes Kaingang "civilizados" que contribuíram, junto aos também Kaingang, Vanuíre, Futoio e Ducuten para os serviços de pacificação da SPILTN

⁵ . Em sua obra "Vanuíre - Conquista, Colonização e Indigenismo: Oeste Paulista, 1912 – 1967" (1999, p. 161), Niminon Suzel Pinheiro levanta três principais possibilidades para a origem do indígena Kaingang Vegmon, como proveniente de grupos Kaingang do Paraná; raptado pelos Caiuá-Guarani em guerra com os Kaingang ou aprisionado por bugreiros, liderados

região da estação Hector Legru e margens do Ribeirão dos Patos, até o contato definitivo com o chefe Kaingang Vauvin, em março de 1912, mês do primeiro contato que marca a pacificação, sua população chegava a 700 pessoas, sendo reduzida em meados de 1916 a cerca de 200 pessoas. A diminuição acentuada dos Kaingang paulistas após a pacificação se deu em decorrência de epidemias e da baixa taxa de natalidade. (BORELLI, 1984)

Ainda segundo Borelli, em 1912 a SPILTIN já enfrentava precarização e má administração, ficando parte de seus acampamentos abandonados sob pressão da especulação das terras de interesse do setor cafeeiro. Em pouco tempo, os Kaingang foram alocados para reservas, e suas terras, abandonadas em 1916 junto aos acampamentos da SPILTIN.

A precarização da SPILTIN acompanhou a violenta expansão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a especulação de terras, de interesse dos capitalistas do café, ponto de relevância que diz respeito ao processo que envolveu o contato com os Kaingang e culminou com seu quase desaparecimento a partir da busca por trabalhadores para a construção da estrada de ferro, conforme Fernandes (2018, p. 132):

Sabe-se que a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi uma crônica de destruição dos últimos remanescentes indígenas que habitavam o sertão paulista no início do século XX. Os embates entre índios e capangas contratados pelas empreiteiras e subempreiteiras foram fartamente documentados e analisados. Para a implantação da linha que rasgaria o sertão rumo noroeste, fez-se necessária a remoção das comunidades que aí faziam sua morada.

Fernandes (2018) aponta desde o início do desenvolvimento na região de Bauru, o que auxilia na compreensão do contexto do período analisado, até os pormenores do dia a dia dos trabalhadores das ferrovias e os conflitos com os Kaingang. Sobre os trabalhadores, inclusive destaca as condições desumanas com que eram submetidos a baixos salários, carga horária excessiva e ausência de folgas, além do endividamento com compra de alimentos obrigatória em estabelecimento do empreiteiro. Ainda acrescenta relatos divulgados em periódicos sobre trabalhadores doentes, abandonados para morrer. Estes mesmos trabalhadores, eram em parte os que tinham o caminho cruzado com os Kaingang, sem que lhes fosse oferecido qualquer apoio trabalhista ou técnico para evitar os confrontos.

A história que analisa o contexto de Bauru, dos avanços da ferrovia e da cafeicultura, juntamente aos periódicos *O Baurú* e *O Estado de São Paulo* demonstra não somente o período entre 1911 e 1916 regado a confrontos violentos entre trabalhadores da ferrovia e os indígenas Kaingang, mas também a ausência de políticas que procedessem ao respeito com os trabalhadores e com o território, vida e cultura dos Kaingang. Por mais que os esforços com a criação da SPILTIN buscassem a pacificação dos Kaingang, não havia justificativa para tal quando esses mesmos Kaingang eram caçados, desterritorializados e, por imposição de sobrevivência, obrigados a viver nos moldes da civilização brancos. A literatura acima analisada, demonstra não somente as correntes ideológicas que embasaram as justificativas para a pacificação, bem como do insucesso desta para manter os modos de vida dos Kaingang, e do sucesso num extermínio indígena silencioso frente aos interesses da ferrovia e dos capitalistas do café.

2.0 - Materiais e Métodos

Este estudo é baseado em pesquisas qualitativas, levando em conta a análise dos impressos *O Estado de S. Paulo* e *O Baurú* de 1911 a 1916. De início, será estudado e apresentado todo o contexto social e cultural que estas fontes estavam inseridas, tendo em vista não podem ser desagregadas de seus lugares originais dentro da história da imprensa, nem tampouco se constituem em apenas um objeto único e isolado (LUCA, 2008, p. 139), sendo necessária tal análise. Desta forma, somado ao estudo da historiografia dos periódicos escolhidos, tem-se a materialidade destes, formando, assim, o fundamento da presente pesquisa.

A pesquisa sofreu alterações desde seu início com mudança de orientanda em setembro de 2021, e, posteriormente, em dezembro de 2021, com a necessidade de troca de uma das fontes principais e acréscimo de novas referências. Principiava-se analisar “*O Estado de São Paulo*” e “*Diário Oficial do Estado de São Paulo*”, porém, com a baixa quantidade de referências neste segundo quanto aos Kaingang e a pacificação, realizou-se a troca por um periódico local, “*O Baurú*”, com conteúdo mais amplo a que se debruça a investigação proposta. A coleta de dados do periódico *O Baurú* foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2022, tendo em vista que o local em que consta o arquivo (NUPHIS) estava fechado para recesso

entre os meses de dezembro/2021 e janeiro/2022. A consulta do periódico *O Estado de São Paulo* foi realizada através do Acervo digital Estadão.

Propôs-se analisar como o processo de pacificação da população Kaingang do oeste paulista foi representado pelo jornal *O Estado de São Paulo* entre 1911 e 1916 e pelo *O Baurú* entre os anos de 1911 e 1912, juntamente a análise sobre o debate historiográfico na revisão de literatura.

Entre os meses de fevereiro e março de 2022, teve início a organização e elaboração do relatório parcial com os primeiros resultados obtidos com a análise dos períodos e revisão de literatura, sendo necessários os meses de março e abril de 2022 para compilação dos dados obtidos e término da organização da produção científica.

3.0 - Resultados

A escolha pelos periódicos *O Baurú* (1911 a 1912) e *O Estado de São Paulo* (1911 a 1916), bem como do período especificado partiu da necessidade de coletar as visões de um periódico de grande circulação regional, OB e de um periódico de grande relevância para o Estado e inclusive, para o país. Sendo OB conhecido por apresentar, entre outras, as visões das classes dominantes, de uma elite cafeicultora e defensores do Partido Republicano com um discurso de progresso por meio da expansão da ferrovia, suas matérias indicam não somente o que estava em jogo entre os anos de 1911 a 1912, como as correntes opostas extermínio x catequese, mas também pormenores do dia a dia dos trabalhadores da estrada de ferro, dos conflitos com os Kaingang e a opinião pública e do próprio jornal a respeito do trabalho desempenhado pela SPILT. O período em destaque, 1911 a 1912, é o de maior atividade em relação ao trabalho de pacificação dos Kaingang pela SPILT no centro oeste paulista, motivo pelo qual se deu sua escolha.

Assim como em OB, os discursos apresentados em OESP também tem como pano de fundo ideais do Partido Republicano, e possuem como grande motivação o ideal de progresso e as políticas empreendidas pelo Estado na expansão de um projeto de civilização através da abertura de matas e desenvolvimento de cidades, com o café desempenhando papel fundamental na economia. No entanto, OESP traz no período analisado de 1911 a 1916 matérias com discursos mais informativos não somente a respeito do que ocorria na região centro oeste paulista com os conflitos entre os trabalhadores das ferrovias e os indígenas Kaingang, mas também em

caráter de denúncia sobre a forma como os indígenas, não somente Kaingang, foram assassinados. Embora as matérias específicas sobre esses conflitos sejam poucas, todas apresentam um cunho informacional mais preocupado a condução dos trabalhos pelo Estado e pela SPILTN e pela maneira como o processo se desenrola com os Kaingang. Foram localizadas somente uma matérias de 1911 e uma de 1912, e duas publicadas em 1916 com detalhes sobre quem eram os Kaingang, sua cultura, forma de organização, bem como foi desempenhado o trabalho de pacificação da SPILTN que culminou no contato com o grupo do chefe Kaingang Vauvin com o grupo pacificador. A relevância da escolha de OESP para a coleta de dados e análise, bem como do período proposto seu deu pelo teor de suas matérias em contraste a OB e a sua importância no estado de São Paulo e no país.

A partir da coleta dos dados dos periódicos e revisão e fichamento da literatura específica, foi realizada análise qualitativa com a finalidade de levantar o enquadramento dos periódicos quanto as questões do discurso de progresso, genocídio e representação dos indígenas Kaingang. Foram considerados, para tanto, desde os fundadores dos periódicos, seus diretores, contexto político, viés político e sua materialidade como estrutura física do jornal, diagramação, divisão de notícias e número de páginas.

As duas fontes faziam parte da imprensa da época e apresentavam ideais republicanos, com ambas, *OESP* e *OB* sendo particulares, porém divulgando artigos, reportagens e telegramas não somente com opinião de seus redatores e diretores, mas também de integrantes da SPILTN (órgão do governo federal) responsáveis pela pacificação. Buscou-se entender as convergências e divergências discursivas destes periódicos, bem como se analisou como cada um ajudou a fortalecer ou construir a imagem do Kaingang do oeste paulista.

Entre a revisão de literatura, foram levantados autores que fizeram parte da SPILTN ou que estiveram junto a SPILTN, relatando as expedições e de que forma ocorreu a pacificação, bem como autores contemporâneos que investigaram documentação do período.

Os resultados apontam que os periódicos analisados levantam a questão dos Kaingang de formas distintas. *O Baurú* prioriza a representação dos “índios coroados” como um problema quanto aos ataques que empreendiam aos trabalhadores das ferrovias, trazendo fatos referentes a esses ataques como flechadas levadas pelos intérpretes, o medo dos trabalhadores das ferrovias que deveriam ficar atentos e a

hipocrisia daqueles que defendiam a pacificação. Já *O Estado de São Paulo* traz outra representação, com publicações referentes ao andamento da pacificação e a importância do trabalho desenvolvido pelo SPILT, até a publicação de telegrama do inspetor Horta Barbosa sobre o contato para pacificação de 19 de março de 1912, incluindo reportagens sobre o extermínio dos indígenas Oti a partir de “dura e desapiadada perseguição” pelos fazendeiros locais, até uma contextualização sobre sua relação e a dos Guarani com os Kaingang, que não era amistosa. O periódico traz um olhar mais técnico e antropológico sobre a pacificação e a visão dos indígenas quanto aos ataques sofridos pelos brancos, sem, no entanto, abandonar um olhar caricato do indígena.

O contraste observado entre os periódicos é revelador dos interesses e preocupações por trás daqueles que os fundaram e demonstram muito qual o interesse de acordo com seu local de origem. Outro grande contraste foi o visualizado através da análise da literatura, que por constar autores de diversos períodos, demonstra não somente a história local e regional do período a que se propôs esta pesquisa, mas também a visão de fora do Brasil sobre a pacificação, a exploração das terras e as expedições contra os indígenas em meados de 1910. Somado a isso, a historiografia revela olhares que variam no tempo e de acordo com sua cultura, mas que em comum preocupam-se em investigar e interpretar a história em seus mais variados detalhes dentro das possibilidades que a documentação e o tempo transcorrido permitem. São trazidas interpretações e problematizações quanto ao discurso de progresso empreendido com as ferrovias e a cafeicultura e quanto ao genocídio dos Kaingang por meio de sua desterritorialização e incorporação ao mundo e cultura dos brancos através da pacificação empreendida pela SPILT.

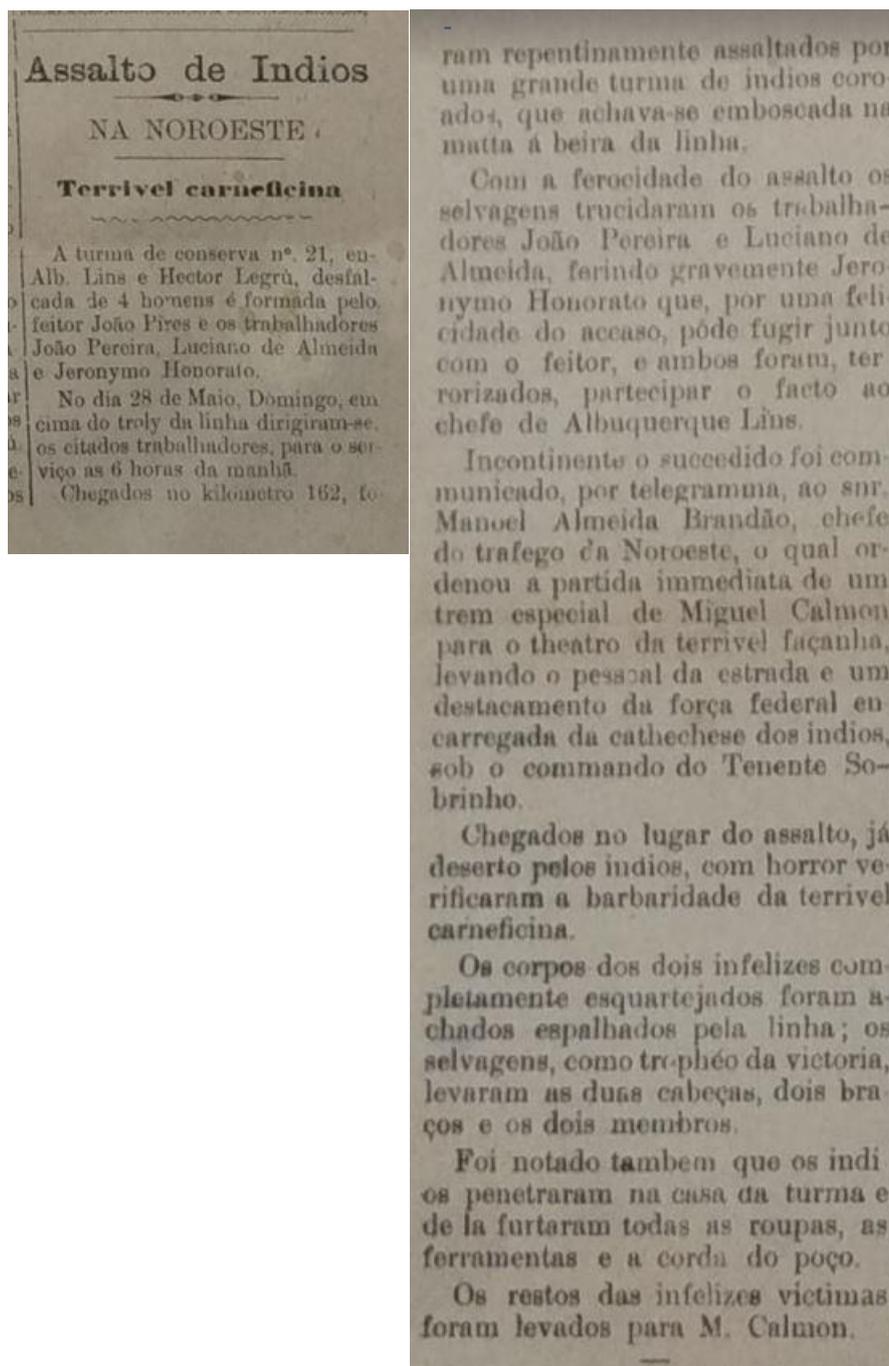
O cruzamento das informações sobre as correntes ideológicas, a influência dos periódicos e a atuação do governo do estado de São Paulo a partir da SPILT com as consequências para a vida dos Kaingang paulistas desde o primeiro contato com o não indígena demonstram, já em meados de 1916 e visto nos dias de hoje, que a vida e a cultura dos Kaingang por pouco não desapareceu graças a poucas dezenas de descendentes, o que ajuda a constituir os elementos para caracterização de seu genocídio, apesar da criação tardia deste conceito.

3.1 – O progresso e pacificação Kaingang em *O Baurú*

A representação de progresso e dos Kaingang entre os dois periódicos se apresenta de maneira distinta. Não foi encontrado, no entanto, registro que aponte o termo “genocídio”, mas sim relatos que apontam correntes de opinião baseadas na ideia da necessidade de extermínio indígena, bem como de fazendeiros e sertanistas que almejavam de fato exterminar os indígenas.

O *Baurú*, em sua edição 202 (ver fig. 1) (anexo A) os representa como “índios coroados”, e que constituíam um problema relacionado aos ataques que empreendiam aos trabalhadores das ferrovias, sendo, portanto, uma ameaça, responsáveis por barbaridades, ataques cruéis e que trucidavam suas vítimas.

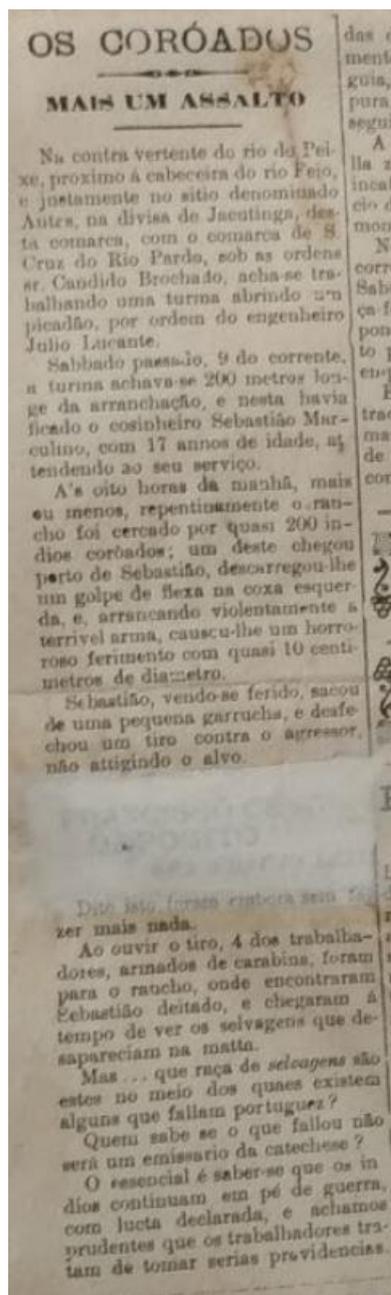
Figura 1 - Assalto de índios



FONTE: O BAURÚ, 01 de junho de 1911, Edição 202, p. 1 e 2.

Ao longo das próximas edições, *O Baurú* ainda representa os Kaingang como aqueles que assaltavam, matavam e esquartejavam trabalhadores e oficiais do exército (figura 2)(anexo B), apesar de também levantar as correntes de opinião do povo sobre catequização, pacificação ou necessidade de extermínio.

Figura 2 - OS CORÓADOS Mais um assalto



FONTE: O BAURÚ, 17 de setembro de 1911, Edição 222, p. 1.

Já na edição 237 (figura 3) (anexo C) discute telegrama do diretor do SPI no Estado, sr. Manoel Miranda, em que este afirma "inocentes índios" quanto ao contato com a Comissão, ao mesmo tempo em que relaciona sobre a opinião de um hóspede de hotel na região que afirmava a hipocrisia do SPI em pacificar os Kaingang, sendo que estes ganhariam armas para matar os homens brancos.

Figura 3 - OS COROADOS



FONTE: O BAURÚ, 07 de janeiro de 1912, Edição 237, p. 1.

Na edição 241 (figura 4) (anexo D) o periódico tece uma crítica a respeito da maneira como os “coroados” se aproximavam a partir dos assaltos e flechadas e de como os intérpretes e pacificadores reagiam a esses fatos de forma pacífica, inclusive com um intérprete com a mão enfaixada como prova do “selo de amizade” com a flechada Kaingang. O periódico ainda recomenda que os trabalhadores ficassem atentos e levassem presentes para entregar aos indígenas.

Figura 4 - OS COROADOS

OS COROADOS

Em menos tempo do que se pensava os coroados chegaram á falla com os encarregados da protecção dos indios.

Dois dias depois dos ultimos factos que narramos em nosso numero 237, cortamento a conselho do sub director sr Manoel Miranda, foi logo retirado o contingente do exercito que achava-se no Rio Feio, proximo á estação de Hector Legrú.

No mesmo dia em que os victoriosos soldados regressavam para M. Calmon, não haviam decorrido 30 minutos da partida delles da estação da Estrada de Ferro, quando os coroados assaltaram a arranhação e as barracas que a protecção havia deixado, tirando as ferramentas e as armas, e incendiando o resto.

Este procedimento dos coroados sómente prova que se a commissão não se retirava logo, seria assaltada infallivelmente, dando-lhe desta forma uma excellente prova de verdadeira amizade.

Porém certamente os coroados não se contentaram com a retirada dos novos amigos "cabeça vermelha", (este é o nome com o qual os indios tratam os soldados do exercito) porque tendo elles perdido a esperanza de afirmar os novos laços de amizade com os protectores, abandonaram as brenhas da matta e foram-se chegando novamente proximo ao leito da Estrada Noroeste, a fim de travar relações de indissolúvel amizade com os trabalhadores da estrada.

Tambem os coroados, embora selvagens, comprehendem que é mais facil e menos arriscado travar amizade com os infelizes trabalhadores, que só fazem uso da pá e da picareta, do que com os soldados que usam espada e carabinas. E travar essa amizade agora é tempo, porque vem chegando a epoca em que o anno passado 6 trabalhadores, em Araçatuba, receberam o premio eterno da amizade dos donos das florestas.

Agora é a vez de alguma nova amizade em Hector Legrú, visto que os coroados no dia 31 de Janeiro, cercaram a casa da turma da couserva, que fica aquem d'aquella estação; o feitor mandou pedir soccorro temendo algum ataque, e de M. Calmon seguiu um especial

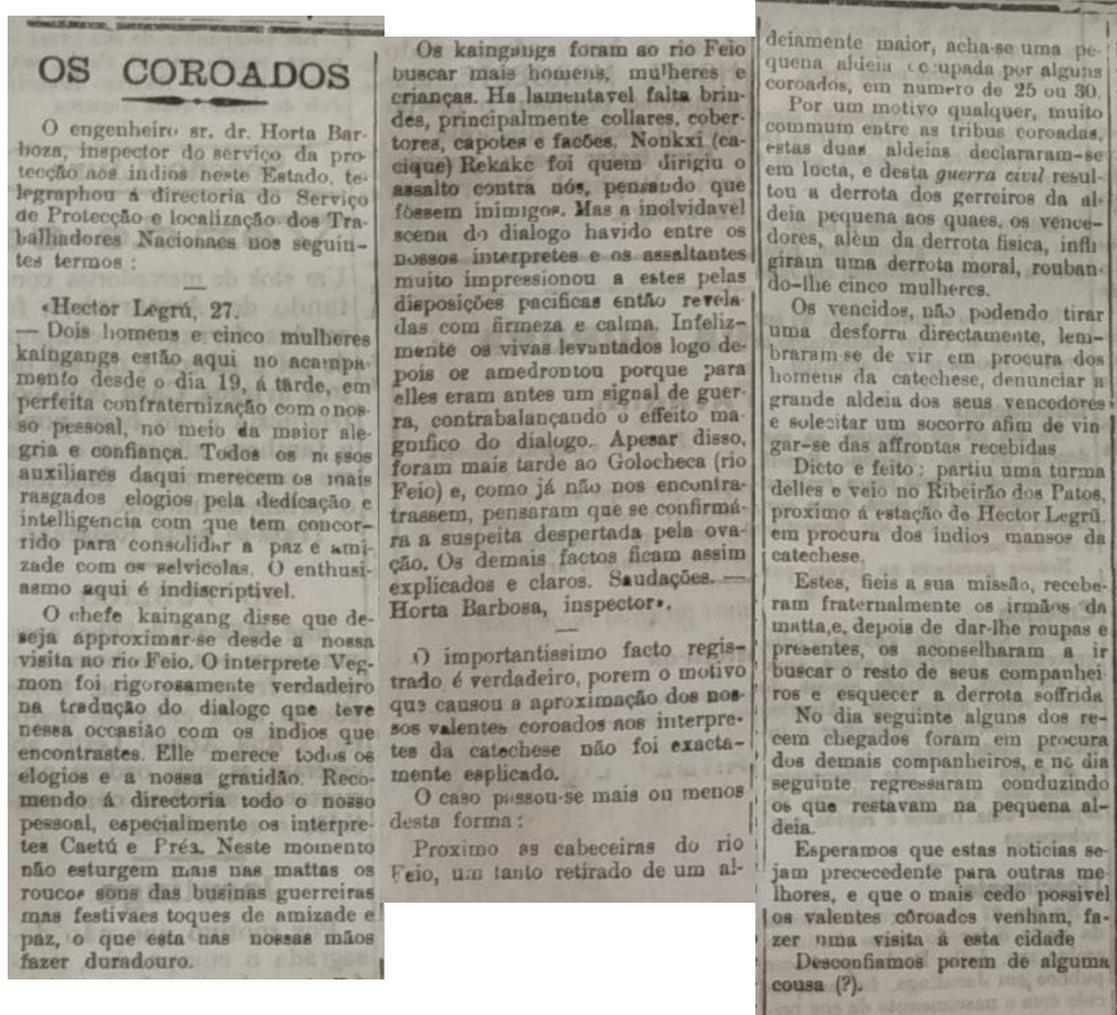
levando os interpretes coroados, da protecção aos indios, e mais alguns trabalhadores.

Até agora nada acontece, e os interpretes acham mais convenientes estar sentados na plataforma da estação, comendo espigas de milho assado, do que chegar á falla com os parentes, visto que um delles ainda está com uma das mãos enfachada, na qual foi-lhe pregado o carimbo da amizade com uma flecha.

Provinam se os trabalhadores, e que arranjam alguns presentes para os novos amigos.

A edição 249 (figura 5) (anexo E), de 31 de março de 1912 traz reportagem a partir de telegrama recebido do inspetor do SPILTN, o engenheiro Horta Barbosa, sobre como ocorreu a pacificação dos Kaingang (fato ocorrido em 19 de março) e como este se constituía num importante fato para os próximos contatos.

Figura 5 - OS COROADOS



FONTE: O BAURÚ, 31 de março de 1912, Edição 249, p. 1.

O Baurú

| Data - Edição | Página/ Título | Tema |
|---------------|----------------|------|
|---------------|----------------|------|

| | | |
|-------------------------|--|--|
| 01/06/1911 - Edição 202 | Páginas 1 e 2, “Assalto de índios na Noroeste – Terrível Carnificina”. | Índigenas Kaingang assaltaram e mataram trabalhadores da ferrovia. |
| 17/09/1911 - Edição 222 | Página 1, “Os coroados – Mais um assalto”. | Ataque realizado por mais de 200 indígenas. |
| 07/01/1912 - Edição 237 | Página 1, “Os coroados”. | Crítica aos pacificadores. |
| 04/02/1912 - Edição 241 | Página 1, “Os coroados”. | Crítica aos pacificadores e interpretes. |
| 31/03/1912 - Edição 249 | Pág. 1, “Os coroados”. | Aproximação de indígenas e interpretes ao acampamento da SPILTN. |

3.2 – O progresso e pacificação Kaingang em *O Estado de S. Paulo*

A primeira edição analisada de *Estado de São Paulo*, nº 10.050 de 12 de dezembro de 1911 (figura 6) (anexo F), revela a importância dos serviços da SPILTN e os esforços do Tenente Manuel Rabello para adentrar o território dos Kaingang sem hostilização. A edição demonstra, ainda, a preocupação com a dispensa dos oficiais do exército da SPILTN e quanto seus serviços poderiam ser perdidos por força do general Menna Barreto, e que em decorrência disso os ataques dos Kaingang poderiam continuar.

Figura 6 - Notas e Informações

Acha-se nesta capital, de regresso de Hector Legru, na Noroeste, o sr. tenente Manuel Rabello, inspector do serviço de protecção aos índios neste Estado, que por estes dias segue para o Rio, afim de se apresentar ao ministro da guerra.

Como se sabe, o sr. general Menina Barreto publicamente forçou o seu collega da agricultura a dispensar os officiaes do exercito commissionados no serviço de protecção aos índios.

E' em consequencia disso que o sr. tenente Rabello regressa do sertão, justamente no momento em que acaba de conseguir o que jámais se conseguiu em S. Paulo — entrar com os seus subordinados até o coração da zona dominada pelos silvicolas, quatro leguas além do rio Feio, sem soffrer a menor hostilidade da parte dos bravios habitantes daquellas paragens.

Senta-se bem que, com mais um pouco, o sr. tenente Rabello teria conseguido prestar ao Estado de São Paulo o beneficio de pacificar definitivamente o kaingang. Este, que já não o hostilizava, apesar de ter tido muitas occasiões de o atacar e de lhe massacrar o povoal, acabaria na-

turalmente por estender essa benevolencia aos demais civilizados da região. Era o que o sr. tenente Rabello esperava; era o que elle calculadamente visava em todo o desenvolvimento do seu plano.

A sua retirada, será, talvez, o fracasso do serviço e a perda de todo o trabalho tão bem começado. Mas agora não ficarão satisfeitos, de certo, os que lhe criavam embaraços de toda a ordem e os que o crivavam de ironias e de satiras mais ou menos engraçadas. Em compensação, os ataques de índios não de continuar, e agora sem muitas probabilidades de um paradero, ainda que remoto.

E não falemos mais nisso.

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO, 12 de dezembro de 1911, Edição 12.050, p. 4.

A edição nº 12.154 (figura 7) (anexo G) de 27 de março de 1912, página 2, faz referência ao telegrama recebido pela diretoria da SPILTIN enviado por Horta Barbosa sobre a chegada dos primeiros indígenas Kaingang à estação Hector Legru em 19 de março, na região de Promissão, constituindo o marco da pacificação e exaltando o papel de intérprete realizado por Vegmon. Em seguida, dá continuidade ao processo de pacificação e contato com o cacique Nonkxi Rekako em 24 de março.

Figura 7 - Notas e Informações

A Directoria do Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionaes recebeu os seguintes telegrammas:

«Hector Legru', 27. (7 hs. 40 am) — Dois homens e cinco mulheres kaingang estão aqui no acampamento desde o dia 19, á tarde, em perfeita confraterniação com o nosso pessoal, no meio da maior alegria e confiança. Todos os nossos auxiliares daqui merecem os mais raudos elogios pela dedicação e intelligencia com que têm concorrido para consolidar a paz e a amizade com os silvicolos. O entusiasmo aqui é indescrivivel.

O chefe kaingang disse que deseja approximar-se desde a nossa visita ao rio Feio. O interprete Vegmon foi rigorosamente verdadeiro na traducção do dialogo que teve nessa occasião com os indios que encontrastes. Elle merece todos os elogios e a nossa gratidão. Recommendo á directoria todo o nosso pessoal, especialmente os interpretes Cuetu' e Pica. Neste momento não esturgem mais nas mattas os roucos sons das bucinas guerreiras mas festivaes toques de amizade e paz, o que está nas nossas mãos fazer duradouro. Enthusiasticas congratulações.—Horta Barbosa, inspector».

«Hector Legru', 24. (12 hs.) — Os kaingang foram ao rio Feio buscar mais homens, mulheres e crianças. Ha lamentavel falta de brinde, principalmente collares, cobertores, capotas e facões. Nonkxi (cacique) Rakako foi quem dirigiu o assalto contra nós, pensando que fossem inimigos. Mas a inolvidavel scena de dialogo havida entre os nossos interpretes e os assaltantes muito impressionou a estes pelas disposições pacificas então reveladas com firmeza e calma. Infelizmente, porém, os viraes levantados logo depois os amedrontou porque para elles eram antes um signal de guerra, contrabalançando o effeito magifico do dialogo. Apesar disso, foram mais tarde ao Goloheca (rio Frio) e, como já não los encontrassem, pensaram que se confirmára a suspeita despertada pela ovação. Os demais factos ficam assim explicados e claros. Saudações. — Horta Barbosa, inspector».

*

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO, 27 de março de 1912, Edição 12.154, p. 2.

A edição nº 13.692 (figura 8) (anexo H) de 20 de junho de 1916, página 4, traz longa reportagem com diversas informações sobre os indígenas Oti e Kaingang, contendo relatos a respeito do extermínio dos Oti por fazendeiros, restando somente 13 indivíduos no estado de São Paulo, com somente um deles ainda falante do idioma nativo. Traz ainda a crítica de trabalhadores ao governo, afirmando a necessidade de proteção contra os indígenas e criação de grupos de extermínio.

Figura 8 – Trecho de reportagem - Os índios em S. Paulo Os caingangs

Os índios em S. Paulo

Os caingangs

A GUERRA AOS ÍNDIOS

Além dos guaranyas, que, como dissemos, estão reunidos em terras da fazenda do Araribá e só differem dos nossos caboclos por falar além do português a sua lingua, e conservar a pratica dos seus antigos ritos religiosos. — no Estado de S. Paulo ainda existem descendentes de tres dos povos selvícolas: os cayapós, os otis e os caingangs.

Dos cayapós ha apenas um pequeno grupo, talvez de 20 individuos, em aguas do Rio Grande, nos confins de S. Paulo com Goyaz. Como os guaranyas, elles falam o portuguez em suas relações com os civilizados, mas entre si usam ainda o seu antigo idioma.

Os otis constituíram uma tribu de índios campestres, que viviam em Campos Novos do Paranapanema, onde eram conhecidos sob a falsa denominação de Chavantes. Desde o inicio do povoamento daquellas terras por gente de nossa civilização, em meados do seculo 19, tiveram de soffrer dura e desapidada perseguição, motivada pelo simples facto de que se acoutumaram a comer carne de cavallo, e consequentemente matarem, destes animaes, quantos encontravam nos campos. Davam preferencia ás eguas prenhes, por se terem tornado uns verdadeiros "gourmantes" das carnes ainda tenras dos respectivos fetos.

Os fazendeiros de Campos Novos do Paranapanema, para defenderem os seus rebanhos de cavallos, começaram a exterminar a tribu. Não lhes foi difficil alcançar o objectivo collimado, porque esses índios nunca resistiram aos civilizados: deixavam-se matar a tiro, a faca, a pau e até a laço!

Além disso, os otis soffriam

cificar as tribus guerreiras dos Boróros do Rio das Garças e dos Nhambiquaras do Juruena, e relacionar-se com outras menos bravias, como as dos Parecis, Guatóes, Boróros do São Lourenço, etc.

Como era de esperar, o coronel Rondou prestou, desde logo a mais viva attenção á situação do problema indígena em S. Paulo, procurando, primeiro, conhecê-lo em todos os seus detalhes e em seguida resolvê-lo rapidamente. O estudo preliminar foi realizado com elementos fornecidos pelo dr. Caramuru' Paes Leme, o fundador da Inspectoria do Serviço de Protecção aos Índios neste Estado, e pelo tenente (hoje capitão) Pedro Dantas e a realisação do programma de acção que se tirou desses estudos, foi confiada ao sr. tenente Manuel Rabello, auxiliado pelos seus collegas, tenentes Candido Sobrinho e Sampaio.

Os trabalhos desenvolveram-se durante o anno de 1911, no interior da floresta que se estende desde a estação de Hector Legru' até para além do Feio. Mas, ainda nesse anno, os índios deram dois assaltos contra os civilizados.

No primeiro, realizado em Junho, na estação de Araçatuba, morreram nove trabalhadores; dois mezes depois deu-se o segundo, entre as estações de Legru' e de Albuquerque Lima nelle perdendo a vida dois trabalhadores da Noroeste, um ficou gravemente ferido.

Contudo os esforços do tenente Rabello e dos seus auxiliares continuaram e com tanta efficacia que em Março do anno seguinte os índios, já inteiramente modificados pelas provas de brandura e de amizade que recebiam dos empregados

providencias ao inspector do serviço. Um outro chefe, porém, manteve-se inabalavel na resolução de hostilizar os invasores do rio do Feio, e disso fez sciencia, sem rebuço, ao empregado da Inspectoria encarregado da expedição.

Para debellar esta ameaça, o mesmo empregado realisou nova expedição, partindo do acampamento dos Patos e atravessando toda a mata que se estende da Noroeste ao Feio, que transpos, indo sahir em ponto ainda não inaugurado da Sorocabana, estrada de que se serviu para a viagem de regresso, até Baurá, e dahi, pela Noroeste, até Hector Legru'. Esta foi a primeira vez, (ao menos de que se tenha conhecimento) que um grupo de civilizados (eram, ao todo, tres: o sr. José Candido Teixeira, encarregado da expedição; Augusto de Avelar, interprete da lingua caingang, e José Paris, camarada), fez a travessia da Noroeste á Sorocabana, transpondo os rios Feio, Presidente Tibirica, e dos Caingangs, Dezenove de Março e Feio.

As aldeias que existem em aguas dos rios dos caingangs e Dezenove de Março, foram todas visitadas, e o respectivo chefe deixou-se então demover da resolução que anteriormente manifestara. Para dar uma prova cabal de suas novas disposições, accedem em sahir com os expedicionarios pela Sorocabana, affim de poder ser apresentado e conhecido o chefe da turma dos que elle considerava como invasores de suas terras.

Antes dessa expedição, uma outra haviam preparado os selvícolas para receber, amistosamente, sem prevenções, os trabalhadores que iam continuar até ao Aguapehy, a abertura de uma estrada que parte de Pennapolis, e cuja construcção elles mesmos haviam feito sustar em 1910, por um assalto que deram contra os trabalhadores de então. Agora, essa obra, mandada fazer pela Secretaria da Agricultura, foi terminada com a maior facilidade, e poderá ser prolonga-

çadas as suas aldeias principaes, em aguas do rio Dezenove de Março, affluente directo do Aguapehy.

Com a installação do novo acampamento, e com o serviço de navegação que vai estabelecer ainda este anno no Aguapehy e nos seus principaes affluentes, acima do Salto Carlos Botelho, navegação para a qual dispõe de uma lancha a gazolina, a Inspectoria, disse-nos o dr. Horta Barbosa, tem certeza de dispor dos elementos indispensaveis para garantir a tranquillidade dos sertões da Noroeste e do rio do Feio. Os civilizados nada mais terão que recear de parte dos caingangs, os antigamente tão temidos "coroados", e estes, por sua vez, terão as seguranças de vida e de propriedade, pelas quaes lutavam desesperadamente, e sem possibilidade de bom exito, desde a segunda metade do seculo passado até principios de 1912.

Os caingangs constituem o ultimo grupo de verdadeiros selvícolas ainda existentes em S. Paulo, pois, como já dissemos, os guaranyas e cayapós ha muito tempo que abandonaram os seus primitivos habitos de vida e adoptaram outros, que muito se approximam dos usados pelo geral dos nossos caboclos. Em 1912, quando se deu o primeiro contacto amistosito entre esses índios e o pessoal da Inspectoria de Protecção, os homens não usavam nenhuma peça de tecido, de pelica ou de folhas, para cobrirem o corpo, nem qualquer parte delle; as mulheres, porém, utilisavam-se de tecidos de fibras de graxatá, que enrolavam na cintura e deixavam cahir até os joelhos, como tangas. Pouco conheciam o ferro; de que só possuíam as raras peças que conseguiam tomar aos civilizados nos assaltos que lhes davam; fabricavam e ainda empregavam machados de pedra; obtinham o fogo pela fricção de duas peças de madeira, operação demorada, precaria e tão penosa que de todas as coisas que viram pela primeira vez no acampamento dos Patos, a que mais os encantou foram os phosphoros.

Por estas poucas indicações se poderá facilmente ajuizar do grau

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO, 20 de junho de 1916, Edição 13.692, p. 4.

Por fim, a edição nº 13.695 (figura 9) (anexo I) de 01 de outubro de 1916 cedeu amplo espaço para que os entrevistados, Geraldo de Paula Souza e Rivadavia de Barros, vindos do sertão da Noroeste, respondessem a dúvidas sobre a SPILTN, até sua importância para pacificação dos indígenas. Os entrevistados relatam ainda as dificuldades no orçamento da entidade e a precarização dos acampamentos, de modo que o território Kaingang passou a ser violado e o grupo demonstrar revolta e desconfiança, havendo assim a necessidade de nova expedição para contato pacífico.

Figura 9 - Trecho de reportagem A pacificação dos Caingangs

Os índios em S. Paulo

A pacificação dos Caingangs

A vida dos silvícolas nas margens do Tietê e do Paranapanema. Os usos e costumes, a vida dos indivíduos e dos grupamentos, a lingua dos Caingangs

OS CAINGANGS

— Então, os senhores acabam de fazer uma viagem pittoresca, cheia de interesse, em que de certo observaram muita coisa curiosa? — perguntámos aos drs. Geraldo de Paula Souza e Rivadávia de Barros, recém-chegados das matas da Noroeste, onde visitaram os acampamentos dos caingangs.

— Passámos varios dias entre os índios e lá vimos coisas que, se nada têm de extraordinariamente impressionante, sem duvida merecem alguma attenção. Contudo, não valem uma entrevista...

— De accordo. Contem-nos, em todo o caso, qualquer coisa que satisfaga a nossa curiosidade pessoal, não de jornalistas, mas de amigos. Que nos dizem dos caingangs?

— Os caingangs vivem em São Paulo, na zona compreendida entre a margem esquerda do Tietê e o Paranapanema, existindo ainda grupos no Estado do Paraná. Habitam sobretudo as matas proximas aos rios Feio e do Peixe.

— Não vivem abandonados, não é verdade?

— Não. O serviço de protecção aos silvícolas, sob a sábia direcção do coronel Rondón, acha-se representado em S. Paulo pelo dr. Horta Barbosa, que dedica especial attenção á pacificação dos caingangs, havendo conseguido brilhantes resultados.

— Mas, qual tem sido a acção do serviço federal de pacificação?

— Em terras do sr. senador Piza, na Noroeste, perto de Pennapolis, que se acha a 220 kilometros de Bauru, o serviço federal de pacificação installou dois arranchamentos, um situado aquém do Feio, a cerca de 30 kilometros de Pennapolis, outro além, isto é, entre os rios Feio e do Peixe, a cerca de 64 kilometros da mesma estação.

— E esses acampamentos occupam grande extensão territorial?

— Toda a zona que se atravessa de Pennapolis aos acampamentos é constituída por immensa mata virgem, em alguns logares já invadida pelos civilisados, que começam a abrir fazendas. Nas immediações de Pennapolis ha uma faixa de terreno que faz parte dos chamados campos do Avanhandava.

Os acampamentos indigenas, acham-se situados em derrubadas e constituem centros de attracção para os índios que ainda habitam as matas. O primeiro acampamento de Icatu, compõe-se de tres casas de joqueiro cobertas de zinco e abrigos

— Ao índio está reservado o serviço de caçar, pescar e guerrear. E' tambem, elle que constroes o rancho e que faz o fogo que depois é mantido pelas mulheres.

Caçam com flechas, que fazem de trocos geralmente de arosira, muito rectos e que ainda endireitam no calor. A parte posterior que traz duas pennas é de bambu. Enfeitam-nas com tecidos de gumbé branco e preto, fazendo figuras regulares muito bonitas. A ponta é geralmente de um pedaço de osso de macaco. São bem longas, de dois metros approximadamente.

Algumas terminam por uma especie de bola.

Caçam aves de bico redondo, periquitos, maitacas, tirivas, papagaios, etc., que mantêm presos pelo pé atados a paus, nas suas casas, por meio de uma vara com um pequeno laço de barbante de abacaxi. Esperam o passaro pousar em um galho e com extrema habilidade, lançam-no pelo pescoço e agarram-no quando cêe.

A caça que faz um índio, não pôde ser comida pelo mesmo, assim como pelos seus parentes mais proximos, exceptuando-se sua mulher. O índio caça para os outros e nunca para si.

— De certo, não se limita á caça a actividade dos indigenas?

— Não, sem duvida. São agricultores. Plantam principalmente milho, sendo que o seu milho é differente do dos civilisados. Uns têm grãos roxos entremeados de brancos e têm a fórma do milho "dente de cavallo", outros são rosados e estriados de vermelho. Todos são muito tenros. Podem ser comidos crus.

Com o milho, fazem uma especie de pão, que chamam "tamim". Para tal fim, pilam o milho, amassam a farinha com agua, para o que enchem a bocca e esborrifam em seguida. Feita uma pasta, collocam-na no brazeiro. Uma vez assado, retiram-no e de novo pelo mesmo processo esborrifam agua em cima. Esse pão por vezes é amargo, havendo o milho fermentado.

E' curioso notar que sempre que necessitam de agua para qualquer coisa como por exemplo para lavar as mãos, tomam o cuidado de primeiro encher a bocca e com ella fazer torneira.

Outro alimento que fazem com o milho é a sopa — medfuro — que é feita com milho torrado e soccado ao qual addicionam agua já fervida, quente.

tacto com os civilisados, muitas das mulheres, tentaram induzir os seus maridos a terem apenas uma mulher, porém não cremos que o conseguiram. Em todo o caso, uma tentativa de suicídio deu-se, e não sabemos se foi fatal, da parte de uma india apologista do casamento monogamico.

— Como se formam essas familias?



Caingang civilisada. — Typo. dos mais bellos da tribo

— Quando nasce uma criança, esta é logo classificada de certa fórma, pertencendo a um grupamento especial. Existem talvez seis desses grupamentos. Nunca um membro de um poderá casar-se com outro do mesmo. Existem grupamentos que têm a facultade de permitir o casamento com individuos de todos os outros, assim como grupamentos que são obrigados a casar-se só com individuos de taes e taes outros.

A base de julgamento dessas classificações, assim como a razão de ser desses complicadissimos usos, não é ainda conhecida do dr. Horta Barbosa, que foi quem nos contou esses detalhes.

— São intelligentes os caingangs?

— E' opinião do illustre chefe da commissão em S. Paulo que os caingangs, são índios dos mais intelligentes do Brasil, embora possuam cultura bem rudimentar. Acha tambem s. s. que são de origem argentina, do territorio das Missões e

FONTE: O ESTADO DE SÃO PAULO, 01 de outubro de 1916, Edição 13.695, p. 3.

É interessante destacar que os entrevistados respondem sobre aspectos da vida, organização social e particularidades dos Kaingang, incluindo informações sobre o abandono de seus valores e modos de vida tradicionais.

O Estado de S. Paulo

| Data - Edição | Página/ Título | Tema |
|-------------------------------|--|--|
| 12/12/1911 – Edição 12.050 | Página 4, Notas e Informações. | Nota sobre o Tenente Manuel Rabello, inspetor do SPI no Estado, que se dirigia ao RJ para se apresentar ao ministério da guerra, após o general Menna Barreto forçá-lo a dispensar os “officiaes do exercito”. |
| 27/03/1912 – Edição 12.154 | Página 2, Notas e Informações. | Relato da pacificação: “Perfeita confraternização, alegria e confiança.” Cacique achou que eram inimigos, diálogo pacificador não teve efeito. |
| 20/06/1916 – Edição 13.692 | Página 4, Os índios em S. Paulo – Os caingangs – Guerra aos índios | Fazendeiro exterminando a tribo Oti / Caingangs considerados perigosos/ Grupos de perseguição a índios foram criados |
| 01/10/1916 – Edição 13.795 | Página 3, A pacificação dos Caingangs – A vida dos silvícolas nas margens do Tietê e Paranapanema – Os usos e costumes, a vida dos indivíduos e dos grupamentos, a língua dos Caingangs. | História da criação em 1910 do Serviço de Proteção aos Índios Dificuldades no orçamento Exploração do território Kaingang Novas expedições Vida e costumes Kaingang |

4.0 – Discussão dos resultados

A respeito dos periódicos, convém destacar a base que fundamenta o discurso de cada um. *O Baurú* circulou entre 1906 e 1924 em Bauru, interior de São Paulo (LOSNAK, 2013). De criação e direção do advogado e ex-prefeito de Bauru,

Domiciano Silva, membro do Partido Republicano Paulista, as primeiras edições do jornal possuíam o slogan “Um jornal destinado à luta pelo progresso da cidade”, sendo modificado em 1907 por “Linha: Sorocabana e Noroeste do Brasil”. O periódico era semanal, composto de quatro páginas, com notícias, notas, poemas, editais e seção livre nas duas primeiras páginas e anúncios nas demais, e expunha questões de interesse de grupos dominantes locais e regionais, bem como as necessidades da cidade como água encanada, iluminação pública, embelezamento das ruas. Os slogans são bastante representativos dos interesses das ferrovias e dos cafeicultores quanto ao debate apresentado nesta pesquisa e a questão das terras dos Kaingang.

Em 1909 *O Baurú* foi vendido para o advogado e empresário Almerindo Cardarelli, quando muda seu perfil e passa a publicar notícias de maior abrangência, não ficando restrito somente as notícias da região, mas também com notas sobre outros acontecimentos de relevância nacional e internacional. Neste período, suas matérias caracterizam um conteúdo bastante voltado aos reclames das classes operárias e dos trabalhadores de diversos setores, desde imigrantes, funcionários em fazendas até os trabalhadores das ferrovias, sem, no entanto, abandonar as publicações que refletiam os interesses da classe capitalista e do Partido Republicano Paulista.

O periódico *O Estado de São Paulo* foi fundado em 1875 sob o nome de *Província de São Paulo* por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales, e mais tarde passando a integrar Júlio César Ferreira de Mesquita, que assumiu a direção em 1885 (Acervo Estadão). Particular, defendia ideais republicanos e abolicionistas, a separação entre Igreja e Estado e eleições diretas para o Senado e presidência das províncias e se alinhava às elites agrárias (CPDOC FGV, 2009). Após 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, passou a se chamar *O Estado de São Paulo*, sendo novamente modificado em 1892 para *O Estado de S. Paulo*. A princípio com 4 páginas, o período sofreu diversas modificações ao longo do tempo, variando a quantidade de páginas e colunas e inovando com publicação de fotografias e impressos coloridos.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Júlio de Mesquita passou para a direção do jornal OESP no final de 1891, e apesar de ligado a partidos republicanos, logo que a assumiu, modificou toda a estrutura

editorial de forma que este acompanhasse os padrões da imprensa norte-americana, desvinculada de partidos. Posteriormente, rompeu com o partido republicano paulista.

O levantamento histórico do processo de pacificação dos Kaingang por parte da SPILT, nesta pesquisa, também foi analisado conjuntamente aos discursos empreendidos pelos periódicos *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1911 e 1916 e *O Baurú* entre 1911 e 1912. Sabendo-se que ambos foram criados e dirigidos por homens de ideais republicanos em um período em que no estado se articulavam discursos de progresso e desenvolvimento comercial com as ferrovias, com fundação de cidades, criação de serviços de água e esgoto e em pleno auge da cafeicultura, a importância da análise se dá a partir do momento em que os jornais passavam a formar opiniões, influenciando a cultura paulista com discursos que ora argumentavam a favor de uma corrente de extermínio indígena, ora a favor da pacificação.

Os relatos mais amplos sobre a vida e cultura dos Kaingang, com um olhar mais antropológico, bem como detalhes sobre o marco da pacificação em março de 1912, são referentes a publicações de 31 de março de 1912 em *O Baurú* e 20 de junho de 1915 e 01 de outubro de 1916 em *O Estado de São Paulo*.

Fica claro que o objeto da pacificação girou em torno da assimilação dos Kaingang a cultura dos homens brancos e sua desterritorialização para dar lugar as fazendas de café e abertura de trilhos para a ferrovia. Apesar das expedições de Horta Barbosa e Bandeira de Mello desenrolarem com a finalidade de pacificar e preservar a cultura dos indígenas, é expressiva através de seus relatos e fotografias, bem como dos artigos em periódicos a forma como os Kaingang rapidamente modificaram sua cultura, seus hábitos e forma de organização, já utilizando as roupas dos homens brancos, cultivando roças de alimentos não mais tipicamente da região, se batizando como cristãos, falando o português e passando a viver nas cidades abandonando seus costumes.

Assimilando o conceito de “genocídio” a partir da Assembleia Geral das Nações Unidas em sua resolução 96 de 11 de dezembro de 1946, ou seja, tratando este de crime de caráter internacional, constituindo atos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, fica claro que a incursão de homens brancos na região oeste paulista para abertura de lotes e construção da ferrovia subtraiu o que era necessário à sobrevivência dos Kaingang, ou seja, seu território e moradias, a mata, os rios e parte de seu povo. Além da subtração do que constituía o modo tradicional de vida e cultura Kaingang, as

expedições de pacificação de iniciativa governamental, subtraíram outra parte da vida Kaingang como a cultura, modificando sua alimentação, seu local de morada, sua língua, religiosidade e até suas tradições e modo de organização.

O esbulho territorial e a desterritorialização são, portanto, componente fundamental e contexto do complexo genocida nas Américas, tanto no período colonial quanto posteriormente. (Palmquist, 2018, p. 126)

A matança, a subtração da cultura e a imposição da pacificação aos Kaingang do início do século XX, embora não seja reconhecida pelas leis brasileiras de 1956 ou pelo Direito Internacional com o termo “genocídio” de 1948, foi discutida em denúncia no Conselho de Viena de 1908 a partir das palavras de Fric “tortura”, “matadores”, “brutalidade”, motivo pelo qual agitou a comunidade científica internacional, chegando às autoridades brasileiras e influenciando a criação do SPILTN como método de pacificação mais “brando”.

Esse reconhecimento abriu precedentes para discussões sobre os direitos dos povos, que mesmo tendo avançado com lentidão, já demonstrava haver preocupação com as formas de colonização e como os indígenas eram tratados nesse processo. Apesar disso, está nítida e presente na história dos povos originários diversos existentes no Brasil, e ainda mais nos descendentes vivos dos Kaingang paulistas, que o que aqui se ocorreu foi de fato um crime contra sua ancestralidade, sua memória e sua cultura, e os registros dos discursos e das representações ao longo do tempo são prova das falas de ódio e subestimação dos homens “civilizados” contra o povo Kaingang.

4.1 – O progresso e o genocídio Kaingang em *O Baurú*

A análise destas fontes indica uma predileção dos discursos empreendidos no periódico *O Baurú* para a narração sobre os trabalhadores das ferrovias em relação aos ataques sofridos dos “coroados” (Kaingang).

As narrativas se concentram, entre dezembro de 1911 e março de 1912 na aproximação entre os Kaingang e os homens brancos através dos esforços da SPILTN, que, para tanto, deixava presentes e evitava revidar ataques como forma de demonstrar sua missão pacífica.

Apesar do espaço para publicação dos feitos da SPILTN, o periódico publica por diversas vezes a forma e a violência com que aconteciam os assaltos dos

indígenas aos acampamentos brancos, além da opinião protagonizada por correntes que defendiam o extermínio indígena e a necessidade do progresso.

Não foram encontradas publicações com o conceito “genocídio”. No entanto, as ações violentas contra os Kaingang defendidas pelos homens brancos são notáveis através das opiniões expressas neste periódico.

4.2 – O progresso e o genocídio Kaingang em *O Estado de S. Paulo*

Em *O Estado de São Paulo*, os discursos variam desde a necessidade do emprego da força pública durante as expedições para conter com violência os ataques dos Kaingang, inclusive relatando que o governo recebia recomendações de exterminar os indígenas, até lamentando a perda de personagens (em decorrência de ataques Kaingang) bastante conhecidos no estado de São Paulo, como o padre Monsenhor Claro, morto por uma flechada.

Entre suas publicações, há, no entanto, um viés mais antropológico e de cunho mais informativo sobre a vida e cultura Kaingang e sobre a importância da SPILTIN em 20 de junho de 1915 e 01 de outubro de 1916. Apesar das publicações com um discurso não tão violento como em *O Baurú*, OESP traz uma imagem caricatural a partir das perguntas direcionadas aos especialistas vindos das expedições do centro oeste paulista sobre como eram os indígenas e sua organização social.

O periódico constrói uma imagem do indígena, ora como agressivo e selvagem, inclusive com margem aos discursos de extermínio, ora como amparado pela SPILTIN e sua consequente necessidade de tutela pelo Estado para o cumprimento de sua pacificação e integração a sociedade dita “civilizada”.

5.0 – Considerações Finais

Esta pesquisa consistiu em apresentar, desde seu capítulo introdutório, as discussões e o processo de pacificação dos Kaingang pela SPILTIN representados nos periódicos *O Baurú* e *O Estado de S. Paulo* em relação ao início do desenvolvimento do centro oeste paulista e os conflitos entre os povos originários Kaingang e homens brancos que chegavam para a construção das estradas de ferro da região.

A princípio, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico a partir de estudiosos dos Kaingang e do início do desenvolvimento da região centro oeste paulista, levando-se em conta escritos de períodos diversos que variam desde o início do conflito, como os de Ihering (1907), até as discussões que evidenciam algumas das influências para a criação da SPILTN, como as de Stauffer (1959) citando Fric (1908), além dos relatos de Bandeira de Mello (1982) sobre seu pai, o “Capitão Bandeira” Manuel Sylvino Bandeira de Mello, atuante durante as expedições da SPILTN para pacificação, passando por publicações recentes com informações mais detalhadas sobre os conflitos, os impactos da estrada de ferro, cafeicultura e inclusive as consequências da pacificação para a cultura e vida dos Kaingang como as contribuições de Borelli (1984), Fernandes (2018) e Pinheiro (1992).

Em seguida, foi realizada coleta dos dados a partir dos periódicos OB (1911 e 1912) e OESP (1911 a 1916) para o levantamento dos discursos dos periódicos sobre a questão envolvendo os Kaingang e a pacificação empreendida pela SPILTN. Os dados dos periódicos são de fácil acesso, uma vez que o período pesquisado entra em domínio público e OB esteve à disposição em sua versão física a partir do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) do Centro Universitário Sagrado Coração – Unisagrado, e OESP está à disposição em seu acervo virtual.

A partir de todos os materiais coletados, foi possível cumprir com os objetivos propostos ao apresentar o debate historiográfico sobre o tema, inclusive com as informações referentes as correntes ideológicas durante o período da pacificação, bem como suas consequências para os povos Kaingang que resultaram em seu decréscimo populacional. Ao analisar os periódicos, foi possível levantar sua diagramação, corpo editorial, fundação, influências políticas, sociais e culturais sobre seu conteúdo, partindo da construção sobre o uso de periódicos em LUCA (2008). As matérias analisadas permitiram verificar o discurso empreendido em cada um dos periódicos, assim como de que forma representavam os Kaingang e os homens brancos, conforme evidenciado nos resultados, OB de um lado, com uma visão mais agressiva, em que permite uma maior divulgação de discurso sobre a necessidade de extermínio dos Kaingang, e OESP, com um conteúdo mais informativo sobre a atuação da SPILTN, as denúncias sobre o a maneira como os indígenas eram tratados e sobre a vida e forma de organização dos Kaingang.

O maior desafio durante a elaboração desta pesquisa ao cumprir com todos os objetivos se deu ao correlacionar o conceito de genocídio, que só foi reconhecido em

1948, a um conflito ocorrido entre o final do século XIX e primeira década do século XX. Os periódicos analisados não apontam este conceito, porém trazem à tona os diversos casos de assassinato dos Kaingang, bem como a revisão de literatura também traz as consequências da pacificação para o quase fim da cultura, modo de vida e inclusive das vidas dos Kaingang do oeste paulista. É evidente que o uso do conceito “genocídio” sem sua contextualização e a todas as características que o formam e lhe dão sentido enquanto reconhecimento internacional perdem seu peso e tornam a análise anacrônica. No entanto, por meio da literatura científica, como a partir da análise de Peres (2016) sobre a construção de genocídio de Lemkin (1944), ao identificar as características que configuram um genocídio e contextualizando sua formação com a imposição da cultura da dita “civilização” dos homens brancos aos Kaingang, assim como os diversos episódios de assassinato destes para a chegada das estradas de ferro, fica evidente que as similaridades apontam para um processo que hoje é reconhecido como genocídio, mas que esbarram em reconhecimento de Estado e do Direito Internacional.

Por fim, os levantamentos a partir dos periódicos e da literatura comprovam que os assassinatos dos Kaingang e o quase extermínio de sua cultura a partir das empreitadas dos homens brancos e da pacificação promovida pela SPILTIN constituem elementos similares àqueles que constituem o genocídio, e que o papel desempenhado pelos periódicos respondeu aos anseios não somente em informar, mas dentro de seu contexto e época, trouxe à tona as questões e discursos dos homens brancos no desenvolvimento da região, evidenciando seu discurso de homem branco como povo “civilizado” e do indígena como elemento de ameaça ou de necessidade de tutela. A relevância deste aspecto se dá no reconhecimento de que as terras que formaram diversas cidades do centro oeste paulista foram tomadas dos indígenas Kaingang como política de Estado, e que estes devem ter o devido reconhecimento como povo que foi negligenciado em todos os aspectos. Sua importância e sua história devem constar em futuras pesquisas e inclusive constar nos livros de história desde a educação básica ao ensino superior, chegando a toda a sociedade e possibilitando a criação de políticas de combate aos crimes de genocídio, bem como políticas que promovam e possibilitem o resgate cultural dos Kaingang e seu bem-estar em todos os sentidos.

FONTES

O Estado de São Paulo, São Paulo, 09 nov. 1911 – 01 out.1916. Arquivo Histórico do Acervo do *Jornal Estadão*.

O Baurú, Bauru, 01 jan. 1911 – 31 dez. 1912. Núcleo de Pesquisa e História do UNISAGRADO "Gabriel Ruiz Pelegrina".

REFERÊNCIAS

ACERVO Estadão. **História do grupo Estado nos anos 1870**. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtml. Acesso em 02 mar. 2022.

ALMEIDA, Carina Santos; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **A memória da paisagem: Os Kaingang e as relações entre cultura e natureza nos “apontamentos” de Mabilde**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. **Armênios e Gregos Otomanos: a polêmica de um genocídio**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-13112013124311. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13112013-124311/publico/2013_LigiaCristinaSanchezDeAlmeida_VCorr.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

ASCENSO, J. G. S.; ARAÚJO, R. B. **Genocídio indígena e ecocídio no Brasil**. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, ed. 372, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/genocidio-indigena-e-ecocidio-no-brasil/>. Acesso em: 05 fev. 2022

BANDEIRA DE MELLO, Darcy S. **Entre Índios e Revoluções - Pelos Sertões de São Paulo, Mato Grosso e Goiás de 1911 a 1941**. São Paulo: Editora Soma Ltda., 1982

BARBOSA, L. B. Horta. **A pacificação dos Caingangs: hábitos, costumes e instituições desses Índios**. Rio de Janeiro, 1913.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia do historiador ou o ofício do historiador**. Editora Zahar. 2002.

BORELLI, Silvia Helena Simões. **Os Kaingang no estado de São Paulo: Constantes históricas e violência deliberada**. In: *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração*: YANKATU Editora, 45-82, 1984.

CAMPOS, Ricardo Ribeiro. **O genocídio e a sua punição pelos tribunais internacionais**. *Revista de informação legislativa*, V. 45, n. 178, p. 91-103, Brasília, abr./jun 2008. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/178/ril_v45_n178_p91.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC FGV. O Estado de São Paulo. In: _____. **Dicionário Verbete-Temático Brasileiro**. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-saopaulo-o>. Acesso em: 02 mar. 2022.

FERNANDES, Edson. KAINGANG: **Resistência e declínio dos últimos guerreiros do sertão paulista**.

FERNANDES, Edson; Domingues, Luís Paulo. **Fronteira Infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bahurú do Século XIX**. 1ª Edição, Bauru: Universo Elegante Produção Cultural, 2018.

FREIRE, Carlos A. R.; Oliveira, João P. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

IHERING, Hermann von. **A anthropologia do estado de São Paulo**. *Revista do Museu Paulista*, Volume VII, p. 202-257, São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1907. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/localfiles/biblio%3Aihering-1907anthropologia/ihering_1907_anthropologia_archive.pdf. Acesso em: 02 mar 2022.

LOSNAK, Célio José. **O Baurú: uma singularidade no jornalismo político da Primeira República**. Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre:ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, 2013 p. 1 – 13. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-bauru-umasingularidadeno-jornalismo-politico-da-primeira-republica>. Acesso em: 01 mar 2022.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas: Editora Contexto.111-153, 2008.2008

MANIZER, H. H. **Os Kaingang de São Paulo**. 1ª Edição, Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/originario/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/pacificar/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: imperialismo, a roedura geopolítica (1885-1908)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde26042013-095008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-26042013-095008/publico/2011_MartinhoCamargoMilani_VCorr.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Kruk, Kuruk, Kuruca: genocídio e tráfico de crianças no Brasil imperial**. História Unisinos, vol. 24, n. 3. Setembro – dezembro de 2020. p. 390-404. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.05>. Acesso em: 05 ago. 2022.

NIMUENDAJU, Curt. **Textos Indigenistas: relatórios, monografias, cartas**. São Paulo, Editora Loyola, 1982 (coleção Missão Aberta).

PALMQUIST, Helena. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição**. 154f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es%202018/Dissertacao%20Helena.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2022.

PANTOJA, Tamily F. **Arquivos da Violência: Perspectivas Sobre o Genocídio Indígena no Brasil e as Disputas de Tipificação Criminal em Torno do “Massacre do Capacete” (1988)**. In: Anais do XXXI Simpósio Nacional de História – ANPUH, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628561935_A RQUIVO_9d473bf598a20137a2a6492c87ef21ad.pdf. Acesso em 05 ago. 2022.

PELEGRINA, G. R; BASTOS, I. B. **Bauru: Origens Históricas**. 1ª Edição, Bauru: Editora Canal 6, 2015.

PERES, Leonardo Augusto. **O genocídio como problema internacional contemporâneo: um estudo do caso sudanês**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20832/1/2016_LeonardoAugustoPeres.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os nômades - etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo 1850-1912**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 1992.

PINHEIRO, Niminon Suzel. **Vanuíre: conquista, colonização e indigenismo: Oeste paulista, 1912-1967**. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 1999.

RIBEIRO, Mariana. **Operários e imprensa no interior: o operário e O Baurú**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/120766>. Acesso em: 04 mar. 2022.

SANTOS, Carlos Frederico. **Genocídio Indígena no Brasil** – Uma Mudança de Paradigma. Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2017.

SCHADEN, Egon. **Os primitivos habitantes do território paulista**. In: O Estado de São Paulo, 385-406, 1954.

STAUFFER, D. H. **Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios**. Revista de História, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 73-96, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107270. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270>. Acesso em: 13 mar. 2022.

United States Holocaust Memorial Museum . **O que é genocídio**. Enciclopédia do Holocausto, 2022. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide> Acesso em: 12 mar. 2022.

ANEXO:

ANEXO A - O BAURÚ 01/06/1911 PÁGINAS 1 E 2, DESTAQUE PÁGINAS 1 E 2.



O BAURURU

ORGAM INDEPENDENTE

NUM. 222

S. PAULO

BAURURU, 11 de Setembro de 1911

BRASIL

ANNO 5

OS CORÓADOS

MAIS UM ASSALTO

Na outra tarde do rio do Peixes, passamos à subleza do rio Peixes, e justamente no alto denominado Avelas, na divisa de Jacutinga, desta comarca, com o concurso de Sr. Cyro de São Paulo, sob os ordens de Casildo Barchão, achamos trabalhando uma turma aliada, um alcaide, por ordem do engenheiro Julio Laurindo.

Abalado passamos à do corrente, e fomos sobre os 200 metros logo da arrematagem, e nesta havia fecho o capitão Sebastião Marcolino, com 17 anos de idade, agitando ao seu serviço.

A's oito horas da manhã, mais os outros, respectivamente o rancho foi cercado por quasi 200 indios coroados, um d'elles chegou perto de Sebastião, desarmou-lhe um golpe de facha na cara esquerda, e, arrastando violentamente o mesmo arma, causou-lhe um ferimento facilmente com quasi 10 centímetros de profundidade.

Finalmente, vindo-se ferido, sacou de uma pequena garrafa, e deitou sobre um lado a cabeça e agitou, até atingir o alvo.

des dentro do respectivo compartimento, sem a intenção de uma fuga, foram dar um passo ao direito, de onde regressaram no dia seguinte.

A falta de correspondência trouxe-lhe uma pobre correspondência, e inclusive preparas ao município de Jacutinga, Pirajuby, M. Caldas, Paranaíba e Três Lagoas.

Nestas localidades receberam a correspondência sexta-feira, pouco faltando, Domingo, segunda e terça-feira, e foram receber a correspondência só quarta-feira, tudo isto por uma falta imperdoável do empregado do correio.

Esperamos que o digno administrador dos correios do Estado, tomara as devidas providencias, visto de que se fazia tal o serviço com tanta frequência.

EXCELENTISSIMO FIDELIDADE E CORDEROULLI

Dr. R. L. L. Campos

Advogado

Rua 1ª de Agosto - BAURURU

Emp. Força e Luz

Desde que a Empresa Força e Luz, seja Compulsoria, estabeleceu-se, sempre prestando pelo seu pessoal, com em vigor a tabela de honorários com o contrato sobre os arts. 109, 110 e 111 do Regulamento Municipal, e a Câmara Municipal, cuja tabela argumenta a preço de consumo, e justifica a mesma municipalidade, faz sempre alguns incidentes artigos que parece ser favor de povo.

Não são poucos, porém, e pela leitura do contrato nota-se que a mesma tabela de preço, que é o preço, só pode fazer respingar o que resta o povo.

A iluminação pública a ser feita por meio de, no mínimo, com lampadas incandescentes e uma de um voltmetro etc etc.

Parágrafo 1º. As lampadas incandescentes terão a força luminosa de 25 velas, e a de um voltmetro de 800 velas.

Parágrafo 2º. A iluminação incandescente está quasi de acordo, mas fazem quasi 6 meses que por nenhuma razão o presidente da lampada de arco voltmetro de 500 velas, e não ha meio de desmontar-se.

Logo que foi inaugurada a luz electrica, foram realizadas, em poucos dias, na Praça Municipal, 2 lampadas de 500 velas cada uma, porém, até, devido a pressão na

luz electrica, se acumulava se interesse de momento, quando acabou a mesma acesa a outra; portanto, electrica havia na praça uma lampada de 500 velas, e uma ordinaria de 250.

Mais tarde, visto o mesmo erro todo, foram feitas as de 250, e em seguida 2 lampadas com 2 lampadas de 25 cada um, as quais, no entanto, dentro de 2 horas de volume, foram suspensas os lugares das lampadas de 250.

Mas, como isto falta a empresa, de cada um dos lugares mencionados se e acumulados os 2 lampadas, equivalentes a 44 velas, perfazendo um total de 128 velas.

Esta prova que a Empresa Força e Luz Municipalidade paga de menos de 672 velas por noite.

Mas não são poucos saber desta que temos na Praça Municipal a lampada de arco voltmetro de 500 velas.

Compre-se com o contrato

Dr. Rogério Lins

Advogado

Evidencia: Rua Azeite

S. Excia.

Em nome do povo paulista, justificado a vista do Sr. Cel. Sebastião, e por isso a qualificação de S. Excia.

O nome do Sr. Cel. Sebastião em seu nome de quinta feira, com uma pequena comarca, são apenas os pontos de tratar o rio das águas.

O nome do Sr. Cel. Sebastião e chamado de Sr. Cel. Sebastião, não é por nenhum tratado se de Sua Magestade, porque sabemos em que governo republicano, portanto, visto ser Constitucional, e preso a ser tratado constitucional, e preso a ser tratado constitucional, e preso a ser tratado constitucional.

Enquanto a renda dos milímetros de alguma de terra, não é a mesma, porque os mesmos milímetros foram decretados no Brasil, e não se e suspensos até se resolve.

DELEGACIA DE POLICIA

No dia 14 do corrente entrou em vigor de 15 dias de licença o Sr. Dr. Joaquim de Albuquerque Maranhão, delegado de policia local. No mesmo dia entrou a vista de

Jacutinga

Participamos aos nossos distintos assignatarios de Jacutinga, que está autorizado receber as importancias das assignaturas, n'aquella localidade, o Sr. Julio Rocha, com quem se deverão entender sobre todo e qualquer negocio referente a nossa folha.

A Redacção

delegado e Sr. Cap. Paulino Jardim Vieira, 1º suplente.

Foi expedida desta para Agulhas, onde estavam o comendado de desarmamento, e a assignatura Lacerda Cantariga, que por muito tempo, a maioria de todos, trabalhos na policia desta cidade.

Felicitemos ao povo de Agulhas pela bella assignatura.

Comta que o Sr. Delegado tem exercido de honra para impedir a policia, todos os individuos desarmados, nos quais tinham permitidos sempre no prazo determinado pela lei.

Esta medida merece a plausão de todos as pessoas sensatas, e que praticarem os meios de vida honesta.

NOTAS FALSAS

Desde esta semana foram publicadas as seguintes notas falsas: uma de 50000 ao Sr. Ribeiro, outra de 50000 ao Sr. Norberto; uma de 200000 a um movimento qual ha interesse na policia a ponto que a pessoa e outra de 50000 ao Sr. Nivaldo Rossi.

Chamamos atenção da illustre imprensa da imprensa Municipal sobre o dano de desarmamento de Paulo, e os proprietarios deixaram o dia inteiro a cargo de apanhar, nos pontos, exposta ao sol e ao alvorecer.

Compreende-se que a mesma de terraria se a verdade da mesma forma.

O publico não pode esperar se a qualquer noticia, motivada pelo sistema dos seus assignatarios.

Temos sobre a nota de trabalho a revista «Vibração» do Povo paulista, onde desfilado das lampadas que a lampada pode por o seu serviço, quando das mesmas o maior dos beneficios, sempre com auxilio e homenagem ao povo.

E' uma medida que a mesma se, pelo parte municipal e municipal, de Circular de policia local, Comendado do Povo paulista, Agulhas.

Dr. Rogério Lins

Advogado

Residencia: Praça Municipal

BAURURU

CORREIO

Segunda-feira, 11 do corrente, e restaram de Norberto não se apresentaram ao serviço.

As malhas do correio, tem guarda

O BAURÚ

ORGAM INDEPENDENTE

NUM. 237

S. PAULO

BAURÚ, 1 de Janeiro de 1912

BRASIL

ANNO 6

GESTOS E AGTOS

Uns dizem delinquentes chamam-se pedras d'indiar... A política... a política... a política...

Não estes paladinos... a política... a política... a política...

Dem, difíceis os homens do... a política... a política... a política...

Em todos os ritos de serviço... a política... a política... a política...

A política que quer dizer... a política... a política... a política...

É esta a ciência de viver... a política... a política... a política...

Em todos os ritos de serviço... a política... a política... a política...

com os oportunistas... a política... a política... a política...

OS COROADOS

Um telegrama de dia 29... a política... a política... a política...

A conversa produzida... a política... a política... a política...

Foi a primeira vez que se... a política... a política... a política...

uma viagem a typographia... a política... a política... a política...

Casa de Misericórdia

- Contribuição da subscrição... a política... a política... a política...

Balancete da festa pro

- Casa de Misericórdia... a política... a política... a política...

Table with financial entries: Page por 4... 25000, Page 7... 20000, etc.

Saldo a favor... 223000

Bons Festas

- Contribuição para os ritos... a política... a política... a política...

"O BAURÚ"

Brinde aos assignantes de 1912... a política... a política... a política...



CARTA DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO AO CEP OU CEUA

À

COORDENADORIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USC

Informo que não é necessária a submissão do projeto de pesquisa intitulado "Progresso e Chacina: o discurso de pacificação dos Kaingang no *O Estado de S. Paulo* e *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (1912)" ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) ou à Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) devido ser uma pesquisa que utilizará acervo disponível e público em sites dos respectivos periódicos *OESP* e *DOESP*.

Atenciosamente,

Nome do Docente

Bauru, 03/04/2021